

“Não é possível termos um PAC com recursos extraordinários para serem investidos nas obras reclamadas pela população e não conseguirmos fazer as obras porque a burocracia nos impede”

**Luiz Antônio Pagot,**  
diretor geral do  
Departamento Nacional  
de Infraestrutura de  
Transportes (Dnit)



# GOIÁS INDUSTRIAL

Revista do Sistema Federação das  
Indústrias do Estado de Goiás

**TRECHO A SER DUPLICADO,  
ENTRE ABADIA DE GOIÁS E JATAÍ,  
FAVORECE REGIÃO QUE REPRESENTA  
MAIS DE UM TERÇO DO PIB DE GOIÁS**



Entre Paulo Afonso (Fieg) e Pagot (Dnit), governador Alcides Rodrigues assina termo de cooperação técnica

## DESATANDO O NÓ DA LOGÍSTICA

EMPRESAS PRIVADAS, COORDENADAS PELA FIEG, ASSUMEM O DESAFIO DE MONTAR PROJETO PARA DUPLICAR UMA DAS PRINCIPAIS RODOVIAS DO ESTADO



# FEIRA DO EMPREENDEDOR

INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO PARA UM MUNDO MELHOR

2009



**O mundo melhora nas mãos de quem tem preparo.**

**APRESENTAÇÕES CULTURAIS . CURSOS . OFICINAS . ORIENTAÇÕES  
PALESTRAS . SALÃO GASTRONÔMICO . SEMINÁRIOS**

A Feira do Empreendedor mais uma vez traz muitas oportunidades para você que tem ou deseja abrir um negócio. Oficinas, cursos, palestras, apresentações culturais e consultorias, reunidos em um mesmo lugar. Venha participar conosco do maior evento focado em empreendedorismo promovido pelo Sebrae.

**De 10 a 13 de setembro de 2009**

**Centro de Convenções de Goiânia - Goiás - Brasil**

**0800 570 0800 - [www.sebraego.com.br](http://www.sebraego.com.br)**

**ENTRADA FRANCA**

Patrocínio:



Realização:



*Serviço de Apoio às  
Micro e Pequenas Empresas  
Goiás*



“Não podem se omitir nessa hora a iniciativa privada, as autoridades, bancadas goianas e entidades de todas as áreas interessadas”

Paulo Afonso Ferreira  
pauloafonso@sistemafieg.org.br

## De olho na infraestrutura

Goiás demonstra condições de deixar de ser um ponto branco no mapa logístico do Brasil. Desenha-se, em acontecimentos recentes, a infraestrutura que lhe permitirá colocar nos grandes mercados consumidores sua cada vez mais crescente e diversificada produção, requerendo acompanhamento de todos. É legítima a pressão para que isso se concretize nas condições e nos prazos estabelecidos. Não podem se omitir nessa hora a iniciativa privada, as autoridades, bancadas goianas em Brasília e entidades de todas as áreas interessadas. As mudanças essenciais que se prenunciam decorrem do esforço de muitos – e nesta relação se insere a Federação das Indústrias do Estado de Goiás – para afinal dotar nosso Estado de modernos e eficientes meios logísticos de transportes.

A Ferrovia Norte-Sul é um sonho empreendedor que se materializa aos olhos desta geração, constituindo um módulo extraordinário para o qual já se projetam ramais em direção aos portos de Santos (SP) e Ilhéus (BA), com braço também para Rondônia.

O próprio diretor geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), Luiz Antônio Pagot, trouxe a Goiânia, para discussão com o governo do Estado, a Fieg e o empresariado goiano, a



elaboração do Plano Diretor da Hidrovia Tietê-Paraná-Paranaíba, transformando-o em Projeto Hidrovia Paranaíba-Tietê-Paraná. Por meio do Plano Nacional de Logística, se criaria uma nova matriz de transporte, integrando novos modais de transporte ao sistema existente e corrigindo limitações para ultrapassagem em pontes. As obras previstas em São Simão e Cachoeira Dourada tomariam viável a navegação até Itumbiara; e o Paranaíba, navegável até Catalão.

À guisa de ilustração, o transporte que no modal rodoviário demanda gasto de US\$ 8 a US\$ 12, no ferroviário custa US\$ 4 e, no fluvial, apenas US\$ 1. O transporte fluvial no mundo constitui modal de grande importância e responde, nos Estados Unidos, no

Canadá e na Europa, por 30% da carga total transportada. No Brasil, menos de 2% de sua carga total é transportada por via fluvial.

Pesquisa da Confederação Nacional dos Transportes (CNT), em 2007, indicou que 76,5% das rodovias federais e estaduais em Goiás tinham pavimentação regular, ruim ou péssima. Não obstante, acompanhamento da Confederação Nacional da Indústria (CNI) mostrou que, no primeiro semestre deste ano, o Ministério dos Transportes, para todo o País, só conseguiu realizar o pagamento, efetivamente, de 6,2% das dotações alocadas em orçamento e incluídas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Da provisão orçamentária de R\$ 10,281 bilhões, investiram-se R\$ 634 milhões.

Numa iniciativa inédita, indústrias goianas, por interesse próprio, e a Fieg, em seu apoio, propuseram e firmaram com o Dnit termo de convênio de cooperação técnica e de doação de projetos para duplicação da BR-060 entre Abadia de Goiás e Jataí, com 268,1 quilômetros, restauração da pista existente, eliminação de ruas laterais, instalação de equipamentos de segurança, melhoramentos para adequação de capacidade e eliminação de pontos críticos. O Dnit prevê a aprovação do projeto em duas semanas após sua entrega, abertura de licitação em 2009, contratação das obras em 2010 e o término de sua execução em dez meses. ■



## O PRIMEIRO DE UMA SÉRIE

**26** Uma boa dose de estratégia e a necessidade de enfrentar gargalos na malha rodoviária de Goiás levaram um grupo de empresas, sob articulação da Fieg, a investir no projeto de duplicação da rodovia BR-060, entre Abadia de Goiás e Jataí. A investida poderá ser o primeiro de uma série de projetos destinados a recuperar o sistema rodoviário estadual e modernizar a infraestrutura de transportes no Estado.



### INOVAÇÃO

**12** Goiás conseguiu a aprovação de 7 entre 17 propostas apresentadas durante a 6ª edição do Edital Senai/Sesi de Inovação, mobilizando, em regime de parceria, empresas e unidades de educação profissional do sistema em Goiânia, Aparecida de Goiânia, Rio Verde e Niquelândia. Ao todo, foram aprovados 55 projetos de 17 unidades do Senai/Sesi no País.

# índice

## ENTREVISTA

**8** Goiás voltou a fazer parte do mapa dos investimentos públicos em infraestrutura de transportes, afirma o diretor geral do Dnit, Luiz Antônio Pagot. A partir de 2005, o orçamento do órgão praticamente quadruplicou, pulando de R\$ 2,5 bilhões para R\$ 9 milhões neste ano.

## GESTÃO AMBIENTAL

**18** Empresas goianas aderem à norma ISO 14001, que estabelece diretrizes para a área de gestão ambiental, em busca de diferenciação em mercado cada vez mais disputado. Depois da crise, as corporações que planejam se destacar têm sido obrigadas a fornecer à clientela algo mais além do cardápio convencional.

## FONTES DE RENDA

**16** Lançado no final do primeiro semestre, o programa Melhoria de Renda e Economia Doméstica, do Sesi Goiás, atendeu, em julho, moradores de Aruanã. A equipe da Unidade Sesi Aruanã, às margens do Rio Araguaia, ministrou treinamentos sobre técnicas de culinária à base de peixe e artesanato com fibra de bananeira, criando oportunidades de ampliação da renda familiar.



## O MAIS NOVO MODAL

**32** O projeto de expansão da hidrovia Paranaíba-Tietê-Paraná deverá receber investimentos próximos a R\$ 9,4 bilhões, quase dobrando a extensão navegável da hidrovia, dos atuais 1.726 para 3.142 quilômetros, de acordo com o gerente de Desenvolvimento e Regulação da Navegação Interior da Agência Nacional de Transporte Aquaviário (Antaq), Adalberto Tokarski. O percurso cresce para 3.594 quilômetros, se considerado o trecho entre São Simão e Catalão.

## NOVOS VENTOS

**38** Todos os prognósticos, com raras exceções, parecem agora apontar para a perspectiva de recuperação da atividade econômica ao longo deste segundo semestre, com a economia deixando para trás o fundo do poço a que foi lançada pela crise mundial. A retomada, ainda insuficiente para repor as perdas sofridas no processo, deverá beneficiar especialmente indústrias mais ligadas ao mercado interno.



## GOIASINDUSTRIAL



### Direção

José Eduardo de Andrade Neto

### Coordenação de jornalismo

Joelma Pinheiro

### Edição

Lauro Veiga Filho

### Subeditor

Dehovan Lima

### Reportagem

Andelaide Pereira, Célia Oliveira,  
Geraldo Neto, Jâvier Godinho,  
Pollyana Gadêlha e Nathalya  
Soldan Toaliani

### Colaboração

Wellington da Silva Vieira

### Fotografia:

Sílvio Simões

### Foto da capa:

Sérgio Araújo

### Projeto gráfico

Wesley Cesar

### Diagramação e produção

Clarim Comunicação e Marketing

Rua S-6 nº 129, Sala 01,

Setor Bela Vista

(62) 3242-9095

www.clarimcomunica.com.br

contato@clarimcomunica.com.br

### Publicidade

Superintendência da Fieg

(62) 3219-1470

(62) 3219-1720

### Fotolito e impressão

Gráfica Kelps

As opiniões contidas em artigos assinados são de responsabilidade de seus autores e não refletem necessariamente a opinião da revista

## Sistema FIEG

Federação das Indústrias do Estado de Goiás

### Presidente:

Paulo Afonso Ferreira

Av. Araguaia, nº 1.544, Ed. Albano Franco, Casa da Indústria - Vila Nova CEP 74645-070 - Goiânia-GO Fone (62) 3219-1300 Fax (62) 3229-2975

### Home page:

www.sistemafieg.org.br

### E-mail

fieg@sistemafieg.org.br

## NÚCLEO REGIONAL DA FIEG EM ANÁPOLIS

**Presidente:** Waldyr O'Dwyer

Av. Engº Roberto Mange, nº 239-A, Bairro Jundiá, CEP 75113-630, Anápolis-GO Fone/Fax (62) 3324-5768 / 3311-5565

### E-mail:

nureaps@sistemafieg.org.br

### SESI

Serviço Social da Indústria Diretor Regional: Paulo Afonso Ferreira Superintendente: Paulo Vargas

### SENAI

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial Diretor Regional: Paulo Vargas

### IEL

Instituto Euvaldo Lodi Diretor Regional: Daniel Viana Superintendente: Paulo Galeno Paranhos

### ICO BRASIL

Instituto de Certificação Qualidade Brasil Diretor Regional: Daniel Viana Superintendente: Paulo Galeno Paranhos

## Diretoria da FIEG

### Presidente

Paulo Afonso Ferreira

### 1º vice-presidente

Pedro Alves de Oliveira

### 2º vice-presidente

Wilson de Oliveira

### 3º vice-presidente

Ivan da Glória Teixeira

### 1º secretário

Hélio Naves

### 2º secretário

Luiz Gonzaga de Almeida

### 1º tesoureiro

Domingos Sávio Gomes de Oliveira

### 2º tesoureiro

Antônio de Sousa Almeida

### Diretores

César Helou  
Segundo Braoios Martinez  
Ubiratan da Silva Lopes  
Marley Antônio da Rocha  
Joviano Teixeira Jardim  
Frederico Martins Evangelista  
Jorge Luiz Biasuz Meister  
Aluisio Quintanilha de Barros  
João Essado  
Flávio Paiva Ferrari  
Eduardo Cunha Zuppani  
Laerte Simão  
Luiz Antônio Vessani  
José Vieira Gomide Júnior  
Carlos Alberto Vieira Soares  
Fábio Rassi  
Sávio Cruvinel Câmara  
Elton Teles de Campos  
José Luiz Martin Abuli  
Eurípedes Felizardo Nunes  
Aldrovando D. de Castro Júnior  
José Magno Pato  
Domingos Vilefort Orzil  
Roberto Guimarães Mendes  
Raimundo Viana Dutra  
Carlos Alberto Diniz  
Humberto Rodrigues de Oliveira  
Mário Renato G. de Azeredo

### Conselho Fiscal

Waldyr O'Dwyer  
Daniel Viana  
Heno Jácomo Perillo

### Conselho de representantes junto à CNI

Paulo Afonso Ferreira  
Sandro Antônio Scodro Mabel

### Conselho de representantes junto à Fieg

Abílio Pereira Soares Júnior  
Álvaro Otávio Dantas Maia  
Ananias Justino Jaime  
Aurelino Antônio dos Santos  
Carlos Alberto Diniz  
Carlos Alberto Vieira Soares  
Carlos José de Moura Júnior  
Carlos Queiroz de Paula e Silva  
Carlos Roberto Viana  
Cyro Miranda Gifford Júnior  
Daniel Viana  
Domingos Sávio G. de Oliveira  
Edilson Borges de Sousa  
Eduardo Cunha Zuppani  
Eduardo Gonçalves  
Elton de Teles Campos  
Emílio Carlos Bittar  
Ermani Martins Almeida  
Eurípedes Felizardo Nunes  
Fábio Rassi  
Flávio Paiva Ferrari  
Francisco Gonzaga Pontes  
Francisco de Paula e Silva  
Henrique Wilhem Morg de Andrade  
Hélio Naves  
Heno Jácomo Perillo  
Jaime Canedo  
Jair Rizzi  
Jairo França  
João Essado  
Joaquim Cordeiro de Lima  
Jorcelino José Nunes Neto  
José Alves Pereira  
José Antônio Vitti  
José Divino Arruda  
José Francisco de Souza  
José Luiz Martin Abuli  
José Magno Pato  
José Romoaldo Maranhão Neto  
José Vieira Gomide Júnior  
Laerte Simão  
Leonardo Jayme de Arimatéa  
Leopoldo Moreira Neto  
Luiz Carlos de Moura  
Luiz Gonzaga de Almeida  
Luiz Ledra  
Luiz Rézio  
Manoel Paulino Barbosa  
Mário Drummond Diniz  
Marley Antônio Rocha  
Moacyr Rabello Leite Neto  
Nelson Pereira dos Reis  
Onofre Andrade Pereira  
Orizomar Araújo de Siqueira  
Paulo Afonso Ferreira  
Pedro Alves de Oliveira  
Pedro de Souza Cunha Júnior  
Roberto Elias de Lima Fernandes  
Rubens Luiz Bernardes  
Sandro Antônio Scodro Mabel  
Sávio Cruvinel Câmara  
Sebastião Elias Barbosa  
Segundo Braoios Martinez  
Ubiratan da Silva Lopes  
Valdenício Rodrigues de Andrade  
Wellington Soares Carrijo  
Wilson de Oliveira

## Conselhos Temáticos

### Desenvolvimento

#### Tecnológico e Inovação

#### Presidente

Ivan da Glória Teixeira

#### Vice-Presidente

Melchíades da Cunha Neto

### Conselho Temático de Meio Ambiente

#### Presidente

Henrique W. Morg de Andrade

#### Vice-Presidente

Domingos Sávio Gomes de Oliveira

### Conselho Temático de Infraestrutura

#### Presidente

Roberto Elias de Lima Fernandes

#### Vice-Presidente

Célio de Oliveira

### Conselho Temático de Política Econômica

#### Presidente

Marley Antônio Rocha

#### Vice-Presidente

Beyle de Abreu Freitas

### Conselho Temático de Relações de Trabalho

#### Presidente

Orizomar Araújo de Siqueira

#### Vice-Presidente

Ricardo Roriz

### Conselho Temático de Micro e Pequena Empresa

#### Presidente

Humberto Rodrigues de Oliveira

#### Vice-Presidente

Carlos Alberto Vieira Soares

### Conselho Temático de Responsabilidade Social

#### Presidente

Antônio de Sousa Almeida

#### Vice-Presidente

Melchíades da Cunha Neto

### Conselho Temático de Agronegócios

#### Presidente

André Luiz Baptista Lins Rocha

#### Vice-Presidente

Rodrigo Penna Siqueira

### Conselho Temático de Comércio Exterior e Negócios Internacionais

#### Presidente

Henbaldo Egídio

#### Vice-Presidente

Igor Montenegro Celestino Otto

### Conselho Temático Fieg Jovem

#### Presidente

Alexandre Costa

#### Vice-Presidente

Marduk Duarte

### Rede Metrológica Goiás

#### Presidente

Henbaldo Egídio

### Câmara Setorial de Mineração

#### Presidente

Luiz Antônio Vessani

## Sindicatos com sede na Federação das Indústrias do Estado de Goiás - FIEG

Av. Anhanguera, nº 5.440, Edifício José Aquino Porto, Palácio da Indústria, Centro, Goiânia-GO, CEP 74043-010

### **SIAEG**

Sindicato das Indústrias de Alimentação no Estado de Goiás  
Presidente: Sandro Antônio Scodro Mabel  
Fone/Fax: (62) 3224-9226  
siaeg@terra.com.br

### **SIEEG**

Sindicato das Indústrias Extrativas do Estado de Goiás e do Distrito Federal  
Presidente: Nelson Pereira dos Reis  
Fone (62) 3212-6092  
Fax 3212-6092  
sieeg@sistemafieg.org.br

### **SIGEGO**

Sindicato das Indústrias Gráficas no Estado de Goiás  
Presidente: Antônio de Sousa Almeida  
Fone (62) 3223-6515  
Fax 3223-1062  
sigego@sistemafieg.org.br

### **SIMAGRAN**

Sindicato das Indústrias de Rochas Ornamentais do Estado de Goiás  
Presidente: Carlos Queiroz de Paula e Silva  
Fone/Fax (62) 3224-8688

### **SINCAFE**

Sindicato das Indústrias de Torrefação e Moagem de Café no Estado de Goiás  
Presidente: Sávio Cruvinel Câmara  
Fone (62) 3212-7473  
Fax 3212-5249  
sincafe@sistemafieg.org.br

### **SINDAGO**

Sindicato dos Areeiros do Estado de Goiás  
Presidente: Ermani Martins de Almeida  
Fone/Fax (62) 3224-8688

### **SINDIALF**

Sindicato das Indústrias de Alfaiataria e Confecção de Roupas para Homens no Estado de Goiás  
Presidente: Daniel Viana  
Fone (62) 3223-2050

### **SINDIBRITA**

Sindicato das Indústrias Extrativas de Pedreiras do Estado de GO, TO e DF  
Presidente: Moacyr Rabello Leite Neto  
Fone/Fax (62) 3223-6667  
sindibrita@sistemafieg.org.br

### **SINDICALCE**

Sindicato das Indústrias de Calçados no Estado de Goiás  
Presidente: Flávio Ferrari  
Fone/Fax: (62) 3225-6402  
sindicalce@sistemafieg.org.br

### **SINDICARNE**

Sindicato das Indústrias de Carnes e Derivados no Estado de Goiás e Distrito Federal  
Presidente: José Magno Pato  
Fone/Fax (62) 3229-1187 e 3212-1521  
sindicarne@sistemafieg.org.br

### **SIMELGO**

Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado de Goiás  
Presidente: Orizomar Araújo de Siqueira  
Fone/Fax (62) 3224-4462  
contato@simelgo.org.br

### **SIMPLAGO**

Sindicato das Indústrias de Material Plástico no Estado de Goiás  
Presidente: Aurelino Antônio dos Santos  
Fone (62) 3224-5405  
simplago@sistemafieg.org.br

### **SINDICURTEME**

Sindicato das Indústrias de Curtumes e Correlatos do Estado de Goiás  
Presidente: João Essado  
Fone/Fax: (62) 3212-3970  
sindicurteme@sistemafieg.org.br

### **SINDIGESSO**

Sindicato das Indústrias de Gesso, Decorações, Estuques e Ornatos do Estado de Goiás  
Presidente: José Luiz Martin Abuli  
Fone: (62) 3212-6092  
sindigesso@sistemafieg.org.br

### **SINROUPAS**

Sindicato das Indústrias de Confecções de Roupas em Geral de Goiânia  
Presidente: Edilson Borges de Sousa  
Rua 1.137, nº 87 - Setor Marista  
CEP 74180-160 - Goiânia - GO  
Fone/Fax: (62) 3088-0877  
sinroupas@yahoo.com.br

### **SINDUSCON-GO**

Sindicato da Indústria da Construção no Estado de Goiás  
Presidente: Roberto Elias de Lima Fernandes  
Rua João de Abreu, 427 - St. Oeste - CEP 74120-110 - Goiânia - GO  
Fone (62) 3095-5155/Fax 3095-5176/5177  
contato@sinduscongoias.com.br

### **SINDILEITE**

Sindicato das Indústrias de Laticínios no Estado de Goiás  
Presidente: Ananias Justino Jaime  
Fone (62) 3212-1135  
Fax 3212-8885  
sinleite@terra.com.br

### **SINDIPÃO**

Sindicato das Indústrias de Panificação e Confeitaria no Estado de Goiás  
Presidente: Luiz Gonzaga de Almeida  
Fone: (62) 3224-0422  
sindipao@sistemafieg.org.br

### **SINDIREPA**

Sindicato da Indústria de Reparação de Veículos e Acessórios no Estado de Goiás  
Presidente: José Francisco de Souza  
Fone (62) 3224-0121  
sindirepa@sistemafieg.org.br

### **SINDMÓVEIS**

Sindicato das Indústrias de Móveis e Artefatos de Madeira no Estado de Goiás  
Presidente: Manoel Paulino Barbosa  
Fone/Fax (62) 3224-7296  
sindmoveis@sistemafieg.org.br

### **SINDTRIGO**

Sindicato dos Moinhos de Trigo da Região Centro-Oeste  
Presidente: André Lavor Pagels Barbosa  
Fone (62) 3223-9703  
sindtrigo@sistemafieg.org.br

### **SININCEG**

Sindicato das Indústrias de Calcário, Cal e Derivados no Estado de Goiás  
Presidente: José Antônio Vitti  
Fone/Fax (62) 3213-0378  
sininceg@sistemafieg.org.br

### **SINPROCIMENTO**

Sindicato da Indústria de Produtos de Cimento do Estado de Goiás  
Presidente: Luiz Ledra  
Fone (62) 3224-0456/  
Fax 3224-0338  
siac@sistemafieg.org.br

### **SINDQUIMICA-GO**

Sindicato das Indústrias Químicas e Farmacêuticas no Estado de Goiás  
Presidente: Eduardo Cunha Zuppani  
Fone (62) 3212-3794/  
Fax 3225-0074  
sindquimica@sistemafieg.org.br

### **SINVEST**

Sindicato das Indústrias do Vestuário no Estado de Goiás  
Presidente: José Divino Arruda  
Fone/Fax (62) 3225-8933  
sinvest@sistemafieg.org.br

## Outros endereços

### **SIAGO**

Sindicato das Indústrias do Arroz no Estado de Goiás  
Presidente: Pedro Alves de Oliveira  
Rua T-45, nº 60 - Setor Bueno - CEP 74210-160 - Goiânia - GO  
Fone/Fax (62) 3251-3691 - siago@cultura.com.br

### **SIFACÚCAR**

Sindicato da Indústria de Fabricação de Açúcar no Estado de Goiás  
Presidente: Segundo Braoios Martinez  
Presidente-Executivo: André Luiz Baptista Lins Rocha  
Rua C-236, nº 44 - Jardim América - CEP 74290-130 - Goiânia - GO  
Fone (62) 3274-3133 / Fax (62) 3251-1045

### **SIFAEG**

Sindicato das Indústrias de Fabricação de Alcool no Estado de Goiás  
Presidente: Segundo Braoios Martinez  
Presidente-Executivo: André Luiz Baptista Lins Rocha  
Rua C-236, nº 44 - Jardim América - CEP 74290-130 - Goiânia - GO  
Fone (62) 3274-3133 e (62) 3251-1045 - sifaeg@terra.com.br

### **SIMESGO**

Sindicato da Indústria Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico do Sudoeste Goiano  
Presidente: Eurípedes Felizardo Nunes  
Rua Costa Gomes, nº 143 - Jardim Marconal - CEP 75901-550 - Rio Verde - GO  
Fone/Fax (64) 3613-4810

## Anápolis

Av. Engº Roberto Mange, nº 239-A, Jundiá, Anápolis-GO  
CEP 75113-630 Fone/Fax: (62) 3324-5768 e 3311-5565  
sind.industria@terra.com.br

### **SIAA**

Sindicato das Indústrias da Alimentação de Anápolis  
Presidente: Wilson de Oliveira

### **SICMA**

Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário de Anápolis  
Presidente: Ubiratan da Silva Lopes

### **SINDIFARGO**

Sindicato das Indústrias Farmacêuticas no Estado de Goiás  
Presidente: Eduardo Gonçalves

### **SIMEA**

Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Anápolis  
Presidente: Elton de Teles Campos

### **SINDICER**

Sindicato das Indústrias de Cerâmica no Estado de Goiás  
Presidente: Laerte Simão

### **SIVA**

Sindicato das Indústrias do Vestuário de Anápolis  
Presidente: José Vieira Gomide Júnior

## De volta ao mapa

■ Lauro Veiga Filho

O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) gerencia, atualmente, a execução de 2.236 contratos, dos quais três centenas estão paralisados, 200 deles por falta de recursos, afirma o diretor geral do órgão, Luiz Antônio Pagot, em entrevista à *Goiás Industrial*. Segundo ele, o atual governo voltou a incluir a região Centro-Oeste, e Goiás, portanto, no mapa dos investimentos destinados a modernizar a logística e ampliar a malha de transportes. O orçamento do órgão cresceu quase quatro vezes, passando de R\$ 2,5 bilhões antes de 2006 para R\$ 9 bilhões neste ano.

**Goiás Industrial – Já se pode avaliar que tipo de avanço tem ocorrido desde que a Federação das Indústrias de Goiás (Fieg) e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) firmaram convênio para elaboração do projeto de duplicação da BR-060 entre Abadia de Goiás e Jataí?**

Luiz Antônio Pagot – Foi assinado o termo de cooperação para que o Dnit receba no futuro o projeto de duplicação daquele trecho da rodovia. É um procedimento que abrevia o tempo de conclusão de um projeto. Para licitar um projeto de técnica e preço, o Dnit elabora um termo de referência, realiza estudos de viabilidade e depois licita o projeto, o que exige um tempo de normalmente 90 dias. Muitos projetos, dependendo do tipo, ainda requerem audiências públicas. No mínimo, um projeto para ser licitado e, em seguida, para ser contratada a empresa responsável pelas obras demoraria sete meses, desde o início do termo de referência até a contratação.

**Goiás Industrial – De que forma o convênio para doação do projeto encurta esses prazos?**

Pagot – No momento em que a Fieg se dispõe a nos entregar um projeto, seguindo estritamente as normas do Dnit, de saída já ganhamos sete meses. Isso traz uma agilidade muito relevante. Posteriormente, e isso já



**“Goiás também está sendo beneficiado no combate aos gargalos da logística de transportes, já que todos os investimentos que o governo federal está programando para o Centro-Oeste envolvem o Estado”**

faz parte do convênio, assim que a federação contratar o projeto, a cada etapa dessas, o Dnit fará o acompanhamento, porque serão vários cadernos que terão de ser entregues: planilhas, drenagem, terraplenagem, pavimentação, obras de arte e

outros. Estaremos acompanhando todas essas etapas, a cada volume prontificado. Assim, quando o projeto estiver concluído estará praticamente aprovado. Essa metodologia permitirá esse ganho de sete meses até a contratação e, ainda, na execução do projeto, que será feito praticamente a quatro mãos, pela projetista e pelos engenheiros da superintendência (do Dnit) no Estado de Goiás.

**Goiás Industrial – A informação é de que a área de domínio da rodovia já comportaria essa duplicação, o que dispensaria desapropriações.**

Pagot – Já verificamos isso e não há problemas. Essa rodovia está no Plano Nacional de Viação (PNV), de 1973, com faixas de domínio definidas, com capacidade para abrigar não só essa duplicação como outras obras que possam ser necessárias, como contornos, rotatórias, acesso a distritos. Não haverá problemas de desapropriação, o que deverá contribuir muito na implantação do projeto.

**Goiás Industrial – Concluído o projeto, qual o prazo de execução das obras?**

Pagot – A BR-060 tem trechos que estão no Programa de Aceleração do



“Vamos poder navegar do Oceano Atlântico até praticamente o Norte de Goiás pela hidrovia do Tocantins. Isso terá impactos positivos na região como um todo”

Crescimento (PAC). Se tivermos as licenças socioambientais necessárias, que são emitidas pelo Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico Nacional), Funai (Fundação Nacional do Índio), Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), e o projeto executivo aprovado, isso é pré-requisito para o projeto entrar no PAC. Recurso não é problema, porque a BR-060 já está incluída no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias. A bancada parlamentar de Goiás já conversou com o ministro Alfredo Nascimento (dos Transportes) e com a ministra Dilma Rousseff (da Casa Civil) e esse projeto é uma das prioridades (do governo).

#### **Goiás Industrial – O Dnit dispõe de alguma projeção a respeito de qual deverá ser o impacto dessa duplicação para a economia da região?**

Pagot – Temos uma questão em relação à duplicação da malha rodoviária federal, pois isso já foi objeto de um amplo estudo a partir do qual se estabeleceram prioridades, nas quais se enquadra a BR-060. Ao longo dela tem crescido a implantação de projetos agroindustriais, na sequência do ciclo de desenvolvimento da agricultura de grãos e do avanço da cana. Essas indústrias estão agregando valor às cargas e gerando maior movimento, sem considerar novos projetos que estão entrando naquela região, que tem microclima definido, é propícia à produção, com alternativas nos mercados nacional e internacional. A estabilidade na economia continua atraindo investidores e capitais estrangeiros, principalmente no caso de Goiás, onde temos poucas exigências na área ambiental. O Estado não faz parte da

Amazônia Legal e, portanto, se beneficia muito disso. Não há essa pecha ideológica, como na Amazônia Legal, onde tudo o que se vai fazer fica parecendo que se vai acabar com a floresta, o que é uma grande mentira. Goiás está sendo procurado por grandes empresas investidoras porque está fora do cinturão amazônico. O Estado também está sendo beneficiado no combate aos gargalos da logística de transportes, já que todos os investimentos que o governo federal está programando para o Centro-Oeste envolvem Goiás.

#### **Goiás Industrial – Quais são esses projetos?**

Pagot – Por exemplo, os investimentos na área de hidrovias, como demonstrou o seminário realizado em Goiânia sobre a hidrovia Paranaíba-Tietê-Paraná (leia matéria nesta edição). Idem na questão ferroviária. O Estado não só está sendo contemplado com a (Ferrovia) Norte-Sul como vai receber uma ampliação dessa via. Até setembro ou outubro de 2010, a ferrovia estará pronta até Anápolis e será ampliada para São Paulo e para Mato Grosso do Sul. Então teremos efetivamente uma linha em bitola larga importantíssima, estratégica, eixo estruturante, não só em termos rodoviários, como em termos de agregados econômicos. E esse será mais um passo em direção da multimodalidade. Ela será agregada a Ferrovia do Centro-Oeste, com origem na Norte-Sul até Vilhena, em Rondônia, cortando regiões altamente produtoras de grãos em Mato Grosso. Isso vai agregar cargas e valores ao processo industrial. Como há muito menos exigências ambientais para uma empresa que se instala em Goiás, na comparação com Mato Grosso e outros Estados da região da Amazônia Legal, o Estado



está sendo privilegiado, eliminando os gargalos da infraestrutura e recebendo esses investimentos, tornando-se um grande entroncamento rodoferroviário e atraindo grandes projetos, não só agropecuários, mas minerosiderúrgicos e agrofloreais (papel e celulose, biomassa, etc). A duplicação do trecho da BR-060, a implantação de outras rodovias, como as BRs 080 e 010, os investimentos em alguns entroncamentos rodoviários, tudo isso vai beneficiar muito o Estado, que passará a ter uma infraestrutura preparada para receber os investimentos previstos para os próximos dez anos.

#### **Goiás Industrial – Quais são os planos do governo para as hidrovias Paranaíba-Tietê-Paraná e do Tocantins?**

Pagot – No caso específico da hidrovia do Tocantins, lançamos no dia 13 de julho a licitação para contratação do projeto da eclusa da usina de Estreito. Quando estivermos contratando a obra, o governo vai autorizar a construção da eclusa de Lajeado. A eclusa de Tucuruí estará pronta em 2010 e imagino que Estreito e Lajeado estejam concluídas até 2014. Vamos poder navegar do Oceano Atlântico até praticamente o Norte de Goiás pela hidrovia do Tocantins. Isso terá impactos positivos na região como um todo, porque a área de influência numa hidrovia chega a 800 quilômetros do ponto mais distante em relação ao oceano. Podemos dizer que todo o Estado vai perceber esses reflexos. E se fizermos a eclusa na barragem da hidrelétrica de Peixes, consequentemente, vamos navegar dentro de Goiás. No futuro, imagino que a hidrovia do Tocantins será navegável também em Goiás. Esse será um eixo estratégico importante de desenvolvimento, principalmente porque uma hidrovia fomenta o desenvolvimento dos municípios lindeiros à área de navegabilidade, diferente de uma ferrovia. A hidrovia causa impactos locais, cria toda uma sistemática com relação à pesca, à irrigação e com relação à própria navegação, que passa a ser de baixíssimo custo, o que



atrairá investimentos. São projetos complementares, com objetivos distintos.

#### **Goiás Industrial – A Norte-Sul cruzará a hidrovia em Estreito.**

Pagot – Você poderá ter ali um local de intensa multimodalidade. Se for analisada a posição de Estreito em relação à Bahia, ao Maranhão, ao Pará e ao Tocantins, você vê que ela está no epicentro de uma grande região produtora e com intensa atividade no setor pecuário, com alguns projetos já iniciados de aves e suínos por causa da produção de grãos naquela área. Como a hidrovia permitirá uma troca rápida do grão mais ao sul com o grão mais ao norte, com o gado que está sendo produzido estabulado, com suínos, com aves, com certeza, a região receberá um grande benefício na área do agronegócio. Até porque a demanda mundial por vegetais e proteína animal continua crescente. Haverá, portanto, cargas para a hidrovia e para a ferrovia, que não são projetos excludentes, mas complementares.

#### **Goiás Industrial – Sobre a hidrovia Paranaíba-Tietê-Paraná, o que se pode antecipar?**

Pagot – Quando construirmos as eclusas de São Simão, Cachoeira Dourada e Itumbiara, vamos praticamente abraçar tanto o Estado de Minas Gerais, nas regiões sul e sudeste, como o leste e o sul de Goiás. Os investimentos que estão sendo realizados nessa área poderão utilizar um meio de transporte de baixíssimo custo até o Porto de Santos. Ainda haverá a possibilidade de oferecer um volume grande de grãos para os Estados da região Sul do País, onde a produção de grãos tem apresentado recuo e começa a ser substituída pela do Centro-Oeste, da Bahia, do Piauí e Maranhão. A combinação de uma ferrovia com uma hidrovia, podendo-se navegar no lago de Itaipu, será possível chegar com produto extremamente competitivo para o grande projeto industrial do Paraná e de Santa Catarina, que é um projeto consumidor de milho em larga escala.

“NOSSO ORÇAMENTO ERA DE R\$ 2,5 BILHÕES E ESTAVA SEMPRE CONTINGENCIADO. O ORÇAMENTO DE 2006 JÁ FOI DE R\$ 4,5 BILHÕES, SUBINDO PARA R\$ 7,2 BILHÕES EM 2007 E R\$ 9 BILHÕES EM 2008, DEVENDO REPETIR ESSE VALOR EM 2009”

**Goiás Industrial – Quais os riscos de uma hidrovía no Araguaia?**

Pagot – No caso do Araguaia, que perdeu completamente o canal principal e deve ser deixado só para lazer e turismo. Qualquer projeto de navegação ali exigirá extraordinária soma de dinheiro, com incessantes e anuais escavações para restabelecer o canal principal. Avaliando sob o aspecto de custo-benefício, não é interessante. O Rio Tocantins é mais bem encaixado, com maior profundidade, em grandes extensões de áreas rochosas. Para os projetos minerosiderúrgicos, que estão parados porque a região não oferece opções de transporte barato, permitiria sua retomada imediata.

**Goiás Industrial – Quais são os recursos exigidos para implantação da hidrovía do Tocantins e a expansão da hidrovía Paranaíba-Tietê-Paraná?**

Pagot – Considerando-se que já temos o dinheiro para Tucuruí e do Pedral do Lourenço, a hidrovía do Tocantins exige hoje, para implantar as eclusas de Estreito e

Lajeado, em torno de R\$ 1,8 bilhão, incluindo as correções necessárias no rio, sinalização e balizamento. Não seria possível implantar 1,8 mil quilômetros de rodovia com esse dinheiro, mas é possível, com o mesmo recurso, construir 1,8 mil quilômetros de hidrovía. É altamente competitivo e, se formos pensar em termos de custo-benefício, é fundamental esse investimento. No caso da hidrovía Paranaíba-Tietê-Paraná, o projeto global, incluindo a construção das eclusas de São Simão, Cachoeira Dourada e Itumbiara, chega a R\$ 10 bilhões em seis anos de investimentos, o que também considero um valor baixo, que o País pode suportar. Você passa de 800 para 2 mil quilômetros navegáveis, sai de 5 milhões para 30 milhões de toneladas de cargas transportadas por ano, além de retirar uma quantidade imensa de caminhões da estrada e contribuir decisivamente para reduzir a poluição ambiental. Esse é o tipo de projeto ao qual devemos nos dedicar, saindo do discurso para entrar na prática. E os

congressistas têm de se dedicar a isso.

**Goiás Industrial – Qual tem sido a evolução do orçamento do Dnit? Os recursos têm sido suficientes para atender às necessidades da infraestrutura de transportes do País?**

Pagot – A partir de 2006, ficou regulamentado o Plano Piloto de Investimentos (PPI). Nosso orçamento era de R\$ 2,5 bilhões e estava sempre contingenciado e se investia no máximo R\$ 1,5 bilhão por ano. Apenas para manutenção dos 56 mil quilômetros de rodovias que tínhamos então precisaríamos de R\$ 2,5 bilhões a R\$ 3 bilhões por ano. O orçamento de 2006 já foi de R\$ 4,5 bilhões, subindo para R\$ 7,2 bilhões em 2007 e R\$ 9 bilhões em 2008, devendo repetir esse valor em 2009. Esses orçamentos com certeza contemplam a necessidade de manutenção, como também de investimentos. Quando passamos a ter um orçamento compatível com as necessidades, começamos a correr atrás de projetos. Quem tem experiência sabe que essa questão não se resolve de uma hora para outra. Não havia estoque de projetos então. Esses projetos começaram a ficar prontos em 2007, quando essas obras começaram a ir para a praça. Continuamos investindo em projetos desde então e, em 2009, serão destinados R\$ 350 milhões apenas para essa área. Isso faz com que o Dnit passe a ter um volume suficiente de projetos para fazer frente aos investimentos necessários. Mas tudo é recuperar o tempo perdido. O que estamos fazendo hoje para o PAC deveria ter sido feito no Brasil há 30 anos. O governo atual está resgatando isso para o Brasil, tanto na parte de manutenção rodoviária, como na parte de investimentos. Com um detalhe: até 2004, os investimentos ocorriam praticamente na região Sudeste e alguma coisa no Nordeste. As regiões Centro-Oeste e da Amazônia Legal não recebiam investimentos. Hoje, estamos investindo para integrar as regiões, para melhorar o desenvolvimento regional, para dar oportunidades às pessoas. ■

# GOIÁS INVESTE EM PESQUISA APLICADA

Com sete propostas selecionadas, Estado foi o segundo que mais aprovou projetos no Edital Senai Sesi de Inovação 2009, destinado ao desenvolvimento de pesquisas de produtos e processos industriais e de inovação social

■ *Andelaide Pereira*

Produção de sorvete e picolé de polpa de baru, fruta típica da região Centro-Oeste; implantação de programa nutricional para melhoria da saúde do trabalhador, por meio da adição de alimento funcional à dieta; pesquisa com trabalhadores da indústria de turno noturno para adequação de seu ritmo biológico e cronotipo ao trabalho e à vida social; e aplicações da madeira de bambu para a indústria moveleira em cozinhas planejadas residenciais.

Esses são alguns dos projetos goianos vencedores da 6ª edição do Edital Senai/Sesi de Inovação, de nível nacional. Das 17 propostas apresentadas por Goiás, 7 foram aprovadas. O desenvolvimento mobilizou parceria entre empresas goianas e unidades de educação profissional do Sesi/Senai de Goiânia, Aparecida de Goiânia, Rio Verde e Niquelândia.

Organizado desde 2004 pelo Senai Nacional, o edital incluiu este ano a participação do Sesi, com atuação na área de responsabilidade social. Ao todo, foram aprovados 55 projetos de 17 unidades do País. Desses, 32 serão desenvolvidos pelo Senai, 18 pelo Sesi e 5 por ambas as instituições.

O aporte por proposta é de R\$ 200 mil para projetos em parceria com departamentos regionais de apenas uma das instituições ou de R\$ 300 mil para as propostas que envolverem Sesi e Senai, além de bolsas concedidas pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), por meio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Os projetos aprovados deverão ser executados em 18 meses, a partir de setembro.

**Bruno Martins e Leticia Castanheira,**  
sócios da DoCerrado: oportunidade  
para inovar e vender mais





# Sorvetes e picolés do Cerrado

“O edital é uma oportunidade para as indústrias goianas e um grande avanço em relação ao fortalecimento da disputa empresarial no mercado globalizado, por meio do aumento da competitividade e do alto valor agregado, com a geração de produtos e processos inovadores. Além disso, o edital abre os canais da inovação tecnológica para o mercado goiano com os produtos que serão gerados com os recursos disponibilizados”, destacou a gerente de Tecnologia e Inovação do Senai Goiás, Cristiane dos Reis Brandão Neves.

Especializada na fabricação de sorvetes e picolés com frutas nativas do Cerrado, a empresa DoCerrado, em parceria com a Escola Senai Vila Canaã, desenvolveu uma pesquisa que prevê a criação de novos produtos com aproveitamento integral da polpa de baru, rica em açúcar, potássio, cobre, fibras, carboidratos e outros componentes de alto valor nutricional. “Atualmente, só a amêndoa do baru, que representa apenas 4% do fruto, é utilizada comercialmente – o resto é lixo. Com a pesquisa, queremos reduzir impactos ambientais da cadeia produ-



**Produtos à base de baru: empresa pesquisa formas de aproveitamento integral do fruto**

tiva do baru, eliminar desperdícios, promover o desenvolvimento econômico e sustentável de comunidades rurais e a preservação da biodiversidade do Cerrado, além de aumentar o portfólio de produtos da empresa e, por consequência, as vendas”, explicou o engenheiro de alimentos Bruno Martins, sócio-proprietário da fábrica.

Há quatro anos no mercado, a DoCerrado possui cerca de 60 pontos de vendas espalhados por Goiânia, interior do Estado, Brasília, Campo Grande e Florianópolis. ➡

**“Atualmente, só a amêndoa do baru, que representa apenas 4% do fruto, é utilizada comercialmente – o resto é lixo. Com a pesquisa, queremos reduzir impactos ambientais da cadeia produtiva do baru, eliminar desperdícios, promover o desenvolvimento econômico e sustentável de comunidades rurais e a preservação da biodiversidade do Cerrado, além de aumentar o portfólio de produtos da empresa e, por consequência, as vendas”**

*Bruno Martins, engenheiro de alimentos*

## A PAÇOCA DA SÓSOJA

Na edição de 2007 do Edital de Inovação, o Senai Goiás teve uma experiência bem-sucedida de pesquisa aplicada – a paçoca de soja. Fruto de parceria entre a SóSoja do Brasil, de Caldas Novas, e a Escola Senai Vila Canaã, o produto, inédito no mercado, é composto por uma mistura de 50% de soja e 50% de amendoim. Para seu desenvolvimento, a indústria contou com a consultoria dos técnicos do Senai em todas as etapas do processo, desde a elaboração da fórmula química até a fabricação, passando pela supervisão e validação do design da embalagem.

# Alimentação saudável

Para melhorar a qualidade de vida do trabalhador, por meio da reeducação alimentar, a indústria farmacêutica Gênix, de Anápolis, participa da pesquisa que visa à adição diária de 25 gramas de um mix de soja nas refeições servidas a seus funcionários. O projeto será realizado em parceria com a Escola Senai Vila Canaã, responsável por sua coordenação e pelo desenvolvimento do novo produto, e com o Sesi, por meio do Programa Cozinha Brasil, pela elaboração do cardápio e acompanhamento nutricional. Além disso, a área de saúde do Sesi Goiás está encarregada de fazer diagnóstico laboratorial nos trabalhadores da empresa para identificação do grupo de risco.

A proposta é selecionar aqueles que apresentarem altas taxas de colesterol, triglicé-



**Ivan da Glória e Lêda de Cássia: projeto para reduzir absenteísmo por doença**

des e glicemia. “Vamos avaliar os resultados obtidos após dois meses de uso contínuo do mix de soja e mensurar os benefícios alcançados com a alimentação funcional. Ao todo, 50

funcionários vão participar do projeto consumindo receitas doces e salgadas com adição de soja”, explicou a nutricionista da Gênix, Lêda de Cássia Cunha Teixeira, que integra a equipe técnica do projeto.

Para o diretor da indústria, Ivan da Glória Teixeira, o maior desafio do projeto é a mudança de hábitos alimentares. “Na empresa sempre incentivamos o consumo de alimentos saudáveis, oferecendo refeições mais nutritivas. Nosso objetivo é fazer com que o funcionário seja multiplicador do projeto, levando para família e amigos os bons resultados adquiridos com a utilização da soja nas refeições”, afirmou.

O projeto prevê também redução de número de atestados e afastamentos, provocados por doenças relacionadas à má alimentação, bem como melhoria da produtividade e contribuição com ações de responsabilidade social praticadas pela empresa. Considerada a maior fábrica de cápsulas gelatinosas da América Latina, a Gênix também atua na distribuição de insumos farmacêuticos, químicos e cosméticos. ■

## PESQUISAS SELECIONADAS

Projeto	Unidade	Área	Empresa
Desenvolvimento de embalagens de água mineral para consumo infantil	Escola Senai Vila Canaã	Alimentos	Água Pura
Desenvolvimento de gelado comestível de polpa de baru	Escola Senai Vila Canaã	Alimentos	DoCerrado
Desenvolvimento de programa nutricional para melhoria da saúde do trabalhador, por meio da adição de alimento funcional à dieta	Sesi/Senai Vila Canaã	Alimentos	Gênix
Automação e estudo do processo de lixiviação Caron	Unidade Integrada Sesi Senai Niquelândia	Mineração	Votorantim
Aplicações da madeira de bambu para a indústria moveleira em cozinhas planejadas residenciais	Faculdade de Tecnologia Senai Ítalo Bologna	Design/Movelaria	Embambu
Desenvolvimento de Cipinha – criança, segurança, meio ambiente e cidadania – para redução do índice de absenteísmo dos colaboradores na indústria	Unidade Integrada Sesi Senai Aparecida de Goiânia	Responsabilidade Social	Equiplex
Pesquisa com trabalhadores da indústria de turno noturno para adequação de seu ritmo biológico e cronotipo ao trabalho e vida social	Unidade Integrada Sesi Senai Rio Verde	Lazer	Perdigão

# LIGAÇÃO DIRETA ENTRE EMPRESA E UNIVERSIDADE

Por meio do programa, estudantes levam inovação às empresas e contribuem para mais eficiência nos negócios

■ *Nathalya Soldan Toaliari*

Em sua nona edição, o Prêmio Bitec – Programa de Iniciação Científica e Tecnológica para Micro e Pequenas Empresas – está em fase de desenvolvimento dos planos de trabalho, que devem ser concluídos até o mês de outubro. Este ano, foram oferecidas 600 bolsas a estudantes de graduação e graduação tecnológica de todo o Brasil, com o objetivo de desenvolver e implementar projetos ligados à resolução de questões de interesse das micro e pequenas empresas do ramo da indústria, do comércio ou de serviços. O programa é uma iniciativa do Instituto Euvaldo Lodi (IEL), em parceria com o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai).

Transferindo conhecimentos diretamente da universidade para as empresas, o programa fomenta a interação entre o setor produtivo e o acadêmico por meio do incentivo às atividades de inovação, empreendedorismo, tecnologia e gestão. No processo de seleção dos projetos, a prioridade é dada aos planos de trabalho voltados ao fortalecimento dos arranjos produtivos locais e ao atendimento às indústrias com adoção de um viés tecnológico nas pesquisas. Além do comprometimento com o crescimento econômico, social e cultural da região, é também considerado o aproveitamento máximo das competências locais disponíveis.



**Steffany Nascimento venceu, em Goiás, o Bitec 2008 com o projeto Implantação de um Departamento de Pesca na Agência Abriltour**

## **EFEITO POSITIVO**

Enquanto o empresário obtém ganhos em inovação e eficiência nos negócios, o estudante tem como saldo final uma vivência profissional única que o tornará melhor preparado para o mercado. A vencedora da última edição do Prêmio Bitec, em 2008, Steffany Pessoa Nascimento, estudante de turismo nas Faculdades Alfa, desenvolveu um trabalho junto à Agência de Viagens e Turismo Abriltour. Ela conta que, quando se inscreveu no programa, viu uma ocasião propícia para sua carreira, com possibilidade de aplicação prática e aprofunda-

mento de conhecimentos. Lineu Lemos, proprietário da agência de turismo, explica que vislumbrou uma grande oportunidade de mercado na área de turismo de pesca e procurou aderir ao programa com o objetivo de efetivar a implantação de um departamento exclusivo para a área.

Em Goiás, foram selecionados sete participantes, entre outras, das graduações em Segurança do Trabalho, projeto Qualidade e Programa 5S na Empresa; Administração, projeto de diagnóstico e mapeamento de processos organizacionais na área financeira da Federação das Unimed dos Estados de Goiás e Tocantins.

# Alternativa de renda

Sesi realiza cursos para incentivar empreendedorismo e auxiliar na complementação de ganhos do trabalhador

■ Pollyana Gadêlha

Moradores de Aruanã, a 315 quilômetros de Goiânia, participaram em julho das primeiras turmas de cursos desenvolvidos por meio do programa Melhoria de Renda e Economia Doméstica, lançado no mês anterior pelo Sesi Goiás, dentro da estratégia da instituição de incentivar a educação continuada e o empreendedorismo social. Os treinamentos, ministrados pela Unidade Sesi Aruanã, ensinaram aos participantes técnicas de culinária à base de peixe e de desossa e artesanato com fibra de bananeira. A escolha das áreas para a realização das atividades respeita as necessidades e peculiaridades de cada região, como no caso do município, às margens do Rio Araguaia, que tem forte presença no segmento pesqueiro e de artesanato.

O programa Melhoria de Renda e Economia Doméstica incentiva ações empreendedoras por meio de cursos que despertam a criatividade e oferecem oportunidade de incremento na renda familiar dos trabalhadores da indústria, seus dependentes, e demais integrantes da comunidade, mediante o aprimoramento nas áreas de culinária, artesanato e beleza.

O perfil do público-alvo inclui pessoas que queiram aprimorar técnicas e trocas de experiências e busquem preparação para possíveis investimentos rentáveis. A proposta do Sesi tem como objetivo final não, simplesmente, a geração de lucro, mas o impacto social e o crescimento das comunidades localizadas perto das indústrias, sempre dentro de uma visão de desenvolver empreendedores.

O presidente do Conselho Temático Fieg Jovem, Alexandre Costa, explica que empreendedor é alguém que busca transformar uma ideia em realidade e que não está necessariamente restrito ao ambiente acadêmico.

**Artesanato: produção inclui, entre outros artigos, porta-retratos, caixinhas e sandálias**

# Educação continuada

A educação continuada, outra vertente do programa, tem como característica a não-ligação a um curso regular e aplica-se a todas as pessoas, com motivações e objetivos os mais diversos, podendo ocorrer em diferentes espaços e modalidades, servindo-se de meios variados. Ela está presente no Sesi desde sua fundação, há mais de seis décadas, nos setores de educação, saúde, lazer e responsabilidade social. “A educação continuada pode contemplar pessoas que não têm uma formação básica. Ela é para a vida e não só para a formação profissional. A primeira educação que nós temos, por exemplo, é no ambiente familiar. É por meio da informação que se solidifica o conhecimento”, explica a gerente de Educação Básica do Sesi, Selva Oliveira.

Tendo como base essa vertente educacional, o Sesi, além de realizar cursos, oferece em todas suas áreas de atuação workshops, palestras e seminários. No campo da saúde, por exemplo, são realizadas ações educativas, como campanhas, atividades preventivas e palestras sobre qualidade de vida. Já no lazer, o Sesi dissemina cultura por meio de peças teatrais e outras ações. No campo da responsabilidade social, há o trabalho de consultoria para as empresas. Há, ainda, a Educação a Distância (EaD), modalidade em que o Sesi ingressou recentemente e atualmente oferece dois cursos on-line totalmente gratuitos: um de empreendedorismo e outro sobre educação ambiental.

Para participar desses cursos de EaD gratuitos disponibilizados pelo Sesi, basta acessar o site [www.sesigo.org.br](http://www.sesigo.org.br) e clicar no banner localizado do lado direito da página. Depois, é preciso escolher o Estado e logo aparecerá a lista de oferta. No segundo semestre deste ano, o Sesi oferecerá também os cursos Português: as Novas Regras Ortográficas, Informática Básica, Geo-história, Técnicas de Estudos e Qualidade de Vida.



**Orçamento reforçado: comunidade de Aruanã aprende a criar peças com fibra de bananeira**

## Complementação de renda

Segundo o coordenador de Atividades Fim do Sesi, Nilton Faleiro, a educação continuada, além de não ocorrer apenas na sala de aula, em ambiente formal, pode ser utilizada para implementar o empreendedorismo como forma de oferecer às populações carentes melhoria de renda, por meio do incremento da economia doméstica. “O Sesi, com visão da economia social voltada à gestão de trabalho e renda, além de atender às necessidades do mercado, pretende com o programa que as pessoas conheçam e explorem formas de produzir algo para potencializar ganhos, subsidiar inclusive sonhos e necessidades”, explica.

As atividades propostas pelo Sesi serão desenvolvidas de acordo com a necessidade de cada região. As unidades da instituição espalhadas pelo Estado farão um levantamento da matéria-prima existente para que haja a

continuação do programa Melhoria de Renda e Economia Doméstica.

Em fase de estudo das diversas regiões do Estado, o Sesi prevê para o segundo semestre a implantação de mais dez cursos. Dentro do planejamento de 2010, todas as unidades estarão preparadas para a execução de um portfólio específico. Os cursos devem trabalhar também com a responsabilidade social das empresas junto às comunidades que as cercam, pois estas podem se tornar parceiras e levar às populações que estão inseridas nesses cursos, contribuindo, assim, para a melhoria de renda da população e incentivando o empreendedorismo social.

### SERVIÇO

Núcleo de Responsabilidade Social do Sesi Goiás: (62) 3219-1360

# A NOVA REGRA DO JOGO

A aplicação de sistemas de gestão ambiental, nos moldes da ISO 14001, pode assegurar a sobrevivência de empresas no longo prazo

Em uma economia globalizada, quando a crise econômica deixa os mercados mais exigentes e a disputa por novos espaços mais acirrada, as empresas que desejam se destacar vêm sendo obrigadas a oferecer mais do que o cardápio trivial usualmente apresentado aos clientes. A perplexidade mundial causada pela ameaça de rápidas e desastrosas mudanças no clima planetário, como decorrência da exploração desmedida dos recursos naturais, torna imperativa a necessidade de inovar, rever conceitos e considerar com primazia a mitigação de impactos ambientais gerados pela atividade produtiva.

De olho nesse objetivo, a International Organization for Standardization (ISO) formatou a ISO 14001, uma norma de implementação voluntária, que busca estabelecer diretrizes para a gestão ambiental nas empresas. Sua finalidade é buscar um equilíbrio entre preservação ambiental e combate à poluição com as necessidades sociais e econômicas das corporações e da sociedade como um todo.

Para Mariana Fellows Garcia, auditora líder do ICQ Brasil, o sistema de gestão ambiental (SGA) definido pela ISO 14001 “pressupõe a identificação dos aspectos ambientais, ou seja, das formas como a organização influencia o ambiente e dos impactos que gera.” Assim, prossegue, será possível estabelecer controles operacionais adequados, que possibilitem eliminar focos de poluição, substituir matérias-primas e fontes de energia, aumentar a eficiência do processo e desenvolver designs ecologicamente mais adequados.



**Wesley Galvão: Pontal Engenharia adota sistema que integra qualidade e responsabilidade social**

# Menos poluição, maior eficiência

De maneira geral, a empresa que consegue perceber que poluição significa desperdício de matérias-primas e de energia, avalia a auditora do ICQ Brasil, “utiliza o SGA como uma fantástica ferramenta de gestão”. A adoção do sistema, conforme parâmetros estabelecidos pela ISO 14001, aparelha a empresa para desenvolver um planejamento estratégico, afirma Mariana, “voltado para a melhoria do desempenho ambiental, de forma a aumentar a eficiência dos processos produtivos e assim economizar recursos e avaliar oportunidades para transformar resíduos em fonte de receita.”

Adicionalmente, essa é uma forma de reduzir substancialmente a probabilidade de problemas relacionados ao cumprimento de requisitos legais, o que significa, na visão da auditora, custos menores com multas e ações judiciais. O processo envolve também questões mercadológicas mais objetivas, já que, aponta Mariana, grandes empresas têm dado preferência a fornecedores e prestadores de serviços que demonstrem maior capacidade para minimizar os riscos ambientais dos contratos. Não é por outro motivo que empresas com sistemas de gestão ambiental plenamente implantados e certificados têm conseguido se destacar frente à concorrência, acrescenta ela. ➔

## EXIGÊNCIAS E COMPROMISSO

Para uma empresa implantar a NBR ISO 14001, de acordo com o ICQ Brasil, “é preciso cumprir a legislação vigente, declarar suas intenções e seus princípios em relação ao meio ambiente por meio de uma política, estabelecer objetivos e, dessa forma, demonstrar comprometimento com a ética ambiental para seus clientes internos e externos.” Uma organização que implanta um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) demonstra compromisso com o meio ambiente, o que, na avaliação do instituto, contribui para criar “uma imagem verde, ecologicamente correta, e estabelece vantagem competitiva em detrimento de outras empresas que ainda não possuem em seu sistema de gestão essa preocupação. Além disso, torna-se evidente a minimização do desperdício e o aumento da eficiência na organização, o que é percebido pela área financeira.



## Oportunidade de ganhos

Várias empresas, e a indústria em particular, passam a encarar a gestão ambiental como um dos fatores preponderantes para definir sua capacidade de se manter na disputa no longo prazo. Por trás dessa aparente nova visão, está a percepção de que, daqui para frente, a questão ambiental poderá significar uma restrição importante aos negócios e, ao mesmo tempo, uma poderosa ferramenta para alavancar produtos. A vertente considerada mais moderna nessa busca por sustentabilidade transforma o risco ambiental em oportunidade de negócio.

A HP Transportes Coletivos, criada em 1972, comanda uma frota de 356 veículos e opera 114 linhas nas regiões Sul, Sudoeste e Centro de Goiânia. Desde 1999, antes, portanto, que a questão ambiental se tornasse tão premente, a empresa implantou o programa conhecido como 5S. “Com isso, já fazíamos a segregação de resíduos nos locais de geração”, descreve Tânia Leão Segurado, gerente de recursos humanos da empresa.

“A HP já tinha seus processos definidos desde o ano 2000, e também as questões ambientais sempre fizeram parte das preocupações da HP. A certificação veio coroar e conso-

“No nosso caso, houve redução no consumo da água utilizada na lavagem diária dos ônibus, com reaproveitamento de 80% e economia diária de 150 mil litros”

**Tânia Leão Segurado**, gerente de Recursos Humanos da HP Transportes

lidar práticas já implantadas”, declara Tânia.

Desde a instalação do sistema de gestão ambiental, retoma ela, “os ‘quatro Rs’ (repensar, reutilizar, reciclar e reduzir) foram incorporados a todos os processos, trazendo ganhos econômicos e benefícios ao meio ambiente.” Tânia relata que não houve grandes dificuldades na implantação do sistema internamente, mas ressalva que surgi-

ram problemas diversos no atendimento a todos os requisitos legais.

“Algumas leis incidem sobre um grupo de empresas, por atividade e/ou tamanho, cujos intervalos para classificação nem sempre são coerentes, obrigando a empresa a adotar medidas que geram custo e não agregam qualquer valor a seus processos”, argumenta.

Descontado esse tipo de dificuldade, a boa recepção interna e mesmo entre fornecedores e a disposição de todos para alterar modos de agir têm trazido ganhos efetivos. “No nosso caso, houve redução no consumo da água utilizada na lavagem diária dos ônibus. Com a implantação do SGA, foi adquirido um reciclador desse recurso natural, que reaproveita 80% da água utilizada, gerando, assim, economia diária de cerca 150 mil litros de água potável.”

Da mesma forma, as emissões dos ônibus são monitoradas para que não ultrapassem os níveis recomendados. A frota é submetida a manutenções preventivas regulares, evitando que os padrões fixados sejam desrespeitados. “Outro grande impacto foi alcançado com a correta destinação de 100% dos resíduos contaminados”, acrescenta Tânia.

# Inovação, sem desperdício

Numa primeira fase, afirma Wesley de Andrade Galvão, engenheiro da Pontal Engenharia, a empresa havia definido a qualidade como foco ao implantar seu sistema de gestão. Mais adiante, “percebemos que não era suficiente fazer bem feito e que a necessidade exigia, além da qualidade, o menor emprego possível de recursos (matérias-primas, mão de obra) e, principalmente, a diminuição dos impactos causados ao meio ambiente.”

Com sua experiência de duas décadas no mercado, a Pontal Engenharia “transformou a dificuldade em oportunidade”, declara Galvão, “e resolveu implantar um sistema in-

tegrado de gestão (SIG), reunindo quesitos de qualidade (ISO 9001), ambiental (ISO 14001), saúde e segurança (OHSAS 18001) e responsabilidade social (NBR 16001).”

A mudança foi significativa e fez com que a empresa alterasse sua política de “construir com qualidade” para um conceito de gestão integrada, que implica “construir com qualidade e responsabilidade”, destaca o engenheiro. Na esteira desse processo, a construtora economiza materiais e mão de obra, diminuindo o desperdício de forma significativa, e mantém uma equipe de funcionários motivada e satisfeita.

“Temos conseguido incrementar o uso de inovações tecnológicas que economizem recursos naturais, como, por exemplo, o uso de bacia sanitária com dois tipos de descarga, o pré-aquecimento de água com energia solar, aproveitamento de água da chuva e outras.”

**Wesley de Andrade Galvão,**  
engenheiro da Pontal Engenharia

# Surpresa. Gestão ambiental dá lucro

O Grupo Evoluti, segundo Daiana Monique Hermes, “percebeu que os métodos propostos pelo SGA viriam a contribuir tanto com a estratégia da empresa quanto em relação ao posicionamento que gostaria de estabelecer diante do mercado e de seus clientes.” Depois de implantado o sistema, além de alcançar seus propósitos, adianta Daiana, representante da diretoria do grupo, a empresa ainda foi surpreendida com o impacto positivo sobre seus resultados, consequência direta da redução do desperdício.

No mercado desde 1991, atuando inicialmente como provedora de soluções integradas e na prestação de serviços de terceirização para o segmento de tecnologia da informação, o grupo incorporou, ao longo do tempo, novas unidades de negócios, contemplando engenharia de serviços, soluções ambientais, correspondência bancária e locação de veículos.

Daiana conta que o sistema de gestão ambiental ajudou a organizar processos que, por sua vez, “contribuíram para que os colabora-



**Daiana, do Grupo Evoluti:**  
surpresa com impactos  
sobre a conta de resultados

dores tivessem acesso às informações de forma ordenada, o que culminou em conscientização ambiental.” Como exemplos, cita ela, foi possível definir uma política ambiental, tornar presente a preocupação com o meio ambiente e operacionalizar “pequenos atos como a coleta seletiva e a reutilização de uniformes por meio de cooperativas.”

A certificação pelo ICQ Brasil, nas palavras de Daiana, representante da direção do grupo, criou um diferencial num mercado extremamente competitivo. “O SGA passa a fa-

zer parte da rotina de cada um, estabelecendo pequenas ações que geraram desde a redução no consumo de papel à diminuição do consumo de energia, passando pelo aumento da reciclagem de materiais e reutilização daqueles que poderiam ser reaproveitados.”

A certificação com base na norma ISO 14001 é uma forma de agregar valor às empresas, assegurando sustentabilidade à operação e diferencial competitivo ao negócio, já que permite reduzir desperdícios e baixar custos, reforçando o retorno para os acionistas. ■



Trajetória bem-sucedida: cidade consolida sua presença na economia como polo industrial e comercial

# Vocação para o crescimento

Em sua arrancada, o município contou com a presença da Fieg em projetos de relevância social e econômica



Há 102 anos, Anápolis conquistava sua autonomia político-administrativa. Uma trajetória bem-sucedida de um município que nasceu com vocação para o comércio e a indústria. Já nos idos de 1870, muito antes de ser elevada à categoria de cidade, a Freguesia de Santana – fundada por Gomes de Souza Ramos – era ponto de parada de tropeiros e caixeiros viajantes que se dirigiam às lavras de ouro de regiões vizinhas como Meia Ponte

(Pirenópolis), Bonfim (Silvânia) e Vila Boa (cidade de Goiás).

A emancipação político-administrativa deu-se por ato do então presidente do Estado de Goiás, Miguel da Rocha Lima, ao assinar o decreto que colocou em vigor Lei nº 320, de 31 de julho de 1907, elevando a Vila de Santana à categoria de município, que passou a se chamar Anápolis.

Nos anos seguintes à emancipação, os anapolinos comemorariam outras vitórias. Uma delas foi a chegada da Estrada de Ferro Goiás, no dia 7 de setembro de 1935, quando o Brasil completava 113 anos de independência do Reino de Portugal. A cidade dava um passo importante para consolidar seu comércio e abrir caminho para a industrialização.

Em 8 de fevereiro de 1936, um grupo de empresários realizou, no Clube Littero Anapolino, a sessão solene de fundação da Associação Comercial, que teve

sua primeira diretoria, liderada pelo empresário Albérico Borges de Carvalho. Mais tarde, a entidade incorporou a representação também do segmento industrial e passou à denominação de Associação Comercial e Industrial de Anápolis (Acia). Era a força do classismo que surgia para dar corpo e voz à luta do empresariado anapolino e goiano para tornar o município um grande polo econômico de Goiás.

Na década de 1940, Anápolis contava 44 indústrias. Os segmentos de atacado e o de beneficiamento de arroz tiveram apogeu entre 1940 e 1960. As indústrias do setor ceramista e o segmento atacadista deram importante contribuição à formação de duas capitais – Goiânia e Brasília. Foi em Anápolis, inclusive, que o então presidente Juscelino Kubitschek, assinou a autorização para que a Novacap desse início às obras de construção da nova capital da República. ➡



**Wilson: Base Aérea tornou-se um celeiro de autoridades que ocupam postos de comando na Aeronáutica e em carreiras diplomáticas**

**Distrito agroindustrial: implantação consumiu US\$ 100 milhões com recursos do governo federal**



## Surgem a Base Aérea e o Daia

No ano de 1976, foi inaugurado o Distrito Agroindustrial de Anápolis, marco do processo de interiorização do desenvolvimento em Goiás. A implantação do polo, ressalta o presidente do Sindicato das Indústrias de Alimentação, Wilson de Oliveira, deu-se com investimentos da ordem de US\$ 100 milhões por parte do governo federal. O Daia foi inaugurado pelo presidente-general Ernesto Geisel e pelo então governador de Goiás, Irapuan Costa Júnior.

Sob a inspiração do binômio Ordem e Progresso, expresso na Bandeira Nacional, o regime militar da época fortalecia com essa ação outro grande empreendimento, que foi a implantação da Base Aérea, trazendo para o Centro-Oeste uma das principais unidades operacionais de guarda da soberania do País, por meio do 1º Grupo de Defesa Aérea com a incorporação dos supersônicos Mirage. Atualmente, a Baan é também sede do esquadrão do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam), que tem aeronaves equipadas com sistemas de radares de última geração. A Base Aérea de Anápolis, ressalta Wilson de Oliveira, tornou-se um celeiro de autoridades (ex-comandantes) que ocupam postos de comando na Aeronáutica e em carreiras diplomáticas.

O empresário Waldyr O'Dwyer – presidente do Núcleo da Fieg em Anápolis, hoje com 93 anos de idade – testemunhou a criação do Distrito Agroindustrial e observa que a ideia foi concebida dentro da Federação das Indústrias do Estado de Goiás, sendo este um exemplo “da contribuição imensurável que a entidade tem dado ao nosso município, em contribuição ao seu progresso”, afirmou, destacando também o importante papel de várias lideranças locais e da Acia neste processo. “Foi uma grande união de esforços e o resultado está aí: temos um dos melhores distritos industriais do interior do Brasil”, arrematou.



**Base aérea: funções estratégicas de defesa e vigilância do País**

### LINHA DO TEMPO

- 1920** Inauguração da rodovia ligando Anápolis a Roncador, ponto final da estrada de ferro passando por Bonfim (Silvânia) e Campo Formoso (Orizona).
- 1921** Francisco Silvério construiu a primeira casa de tijolos, trazendo os construtores de Ribeirão Preto. Foi também o responsável pela montagem da primeira olaria.
- 1931** 12 de fevereiro – Início das operações do Correio Postal Aéreo.
- 1935** Inauguração da Estrada de Ferro Goyaz
- 1936** Fundação da Associação Comercial
- 1943** Assinatura do contrato com a Companhia de Serviços de Engenharia para a implantação dos serviços de água e esgoto.
- 1949** Anápolis passa a ser servida por uma linha da companhia Lóide Aéreo Nacional para o Rio de Janeiro e Santarém
- 1972** Início da construção do complexo da Base Aérea
- 1976** Inauguração do Distrito Agroindustrial (DAIA)
- 1999** Criação da Universidade Estadual de Goiás (UEG) e implantação do Porto Seco

### CONHECIMENTO E INDUSTRIALIZAÇÃO

A consolidação industrial de Anápolis teve salto significativo a partir de 1999, com a criação do Polo Farmoquímico junto ao Distrito Agroindustrial. Hoje, o município está situado entre os maiores centros de produção de medicamentos genéricos do País. Foi também naquele ano, no governo Marconi Perillo, que se deu a criação da Universidade Estadual de Anápolis (UEG), com sua principal base no município.

Atualmente, a cidade conta com oito instituições de ensino superior, que oferecem centenas de cursos em nível de graduação, pós-graduação, MBAs e tecnológicos, criados em grande parte com o objetivo de suprir as demandas por mão de obra qualificada para o mercado. O polo educacional atrai estudantes de todas as partes do País. O presidente do Sindicato da Construção e do Mobiliário de Anápolis, Ubiratan da Silva Lopes, também diretor da Fieg e presidente da Acia, destaca que o polo educacional trouxe um boom para os investimentos e negócios nos setores de construção civil e imobiliário, alavancando a geração de emprego, rendas e divisas.

E, mais uma vez, o Sistema Fieg veio dar sua contribuição, transformando a escola Senai local em Faculdade de Tecnologia, que cumpre papel decisivo de suporte à indústria, em especial dos segmentos farmacêutico e automotivo.

# Plataforma Multimodal e Ferrovia Norte-Sul

A continuidade do processo de desenvolvimento de Anápolis é uma bandeira do Fórum Empresarial de Goiás, que tem como um dos grandes entusiastas o presidente da Fieg, Paulo Afonso Ferreira. A entidade tem somado esforços junto com o Fórum Empresarial de Anápolis, com o governo federal e as lideranças políticas goianas, no intuito de assegurar investimentos estratégicos como a Ferrovia Norte-Sul e a consolidação da Plataforma Logística Multimodal.

Atualmente, o município conta com uma Estação Aduaneira Interior (Porto Seco) e dispõe de um ramal da Ferrovia Centro-Atlântica que, futuramente, será conectada à Estrada de



## Porto Seco Centro-Oeste: integração ao restante do País por meio de ferrovia

Ferro Carajás, por meio da Ferrovia Norte-Sul. A conexão garantirá competitividade às empresas com o barateamento dos fretes de longa distância até as regiões portuárias, incentivando a economia do Centro-Oeste.

O presidente do Núcleo da Fieg, Waldyr O'Dwyer, ressalta que a Plataforma Logística Multimodal será um novo marco da econo-

mia não só de Anápolis, mas de Goiás, que passará à condição de um grande polo de distribuição de mercadorias com a utilização eficiente e integrada dos modais rodoviário, ferroviário e aéreo. Além disso, se encontram em estágio avançado as negociações com o governo do Amazonas para fixar em Anápolis uma extensão da Zona Franca de Manaus. ■

## Soluções de vídeo monitoramento CMA Sua empresa ao alcance dos seus olhos.



A CMA oferece a mais avançada tecnologia em vídeo monitoramento para a sua empresa. Câmeras de segurança transmitindo via wireless, fibra óptica ou cabo, permitem monitoração através de uma central, com alta definição de imagens e gravação em tempo real.

Tel: (11) 3053-2614

[www.cmatelecom.com.br](http://www.cmatelecom.com.br)

[telecom@cma.com.br](mailto:telecom@cma.com.br)

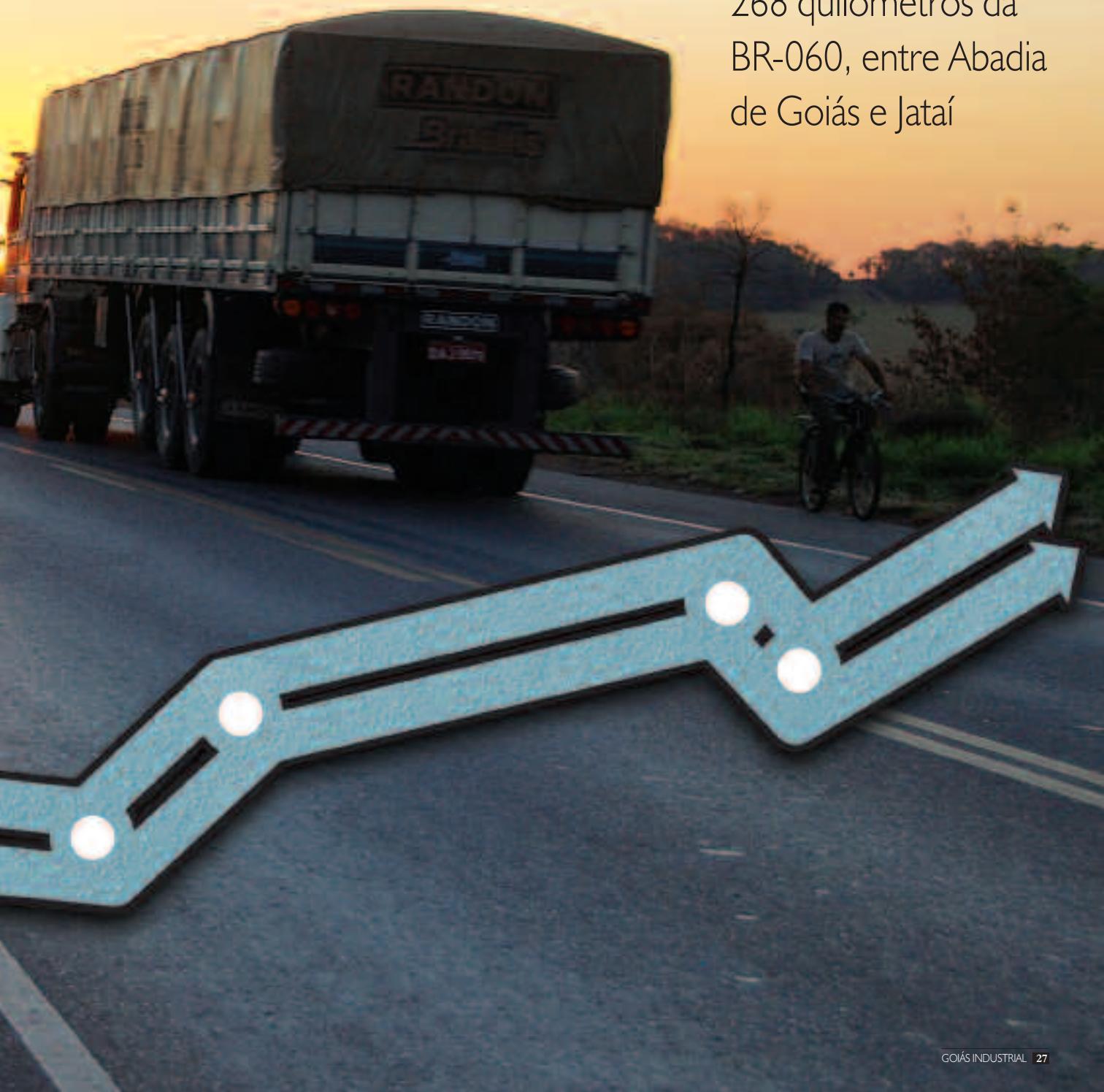
**CMA** Telecom

# O resgate da infrae



# estrutura

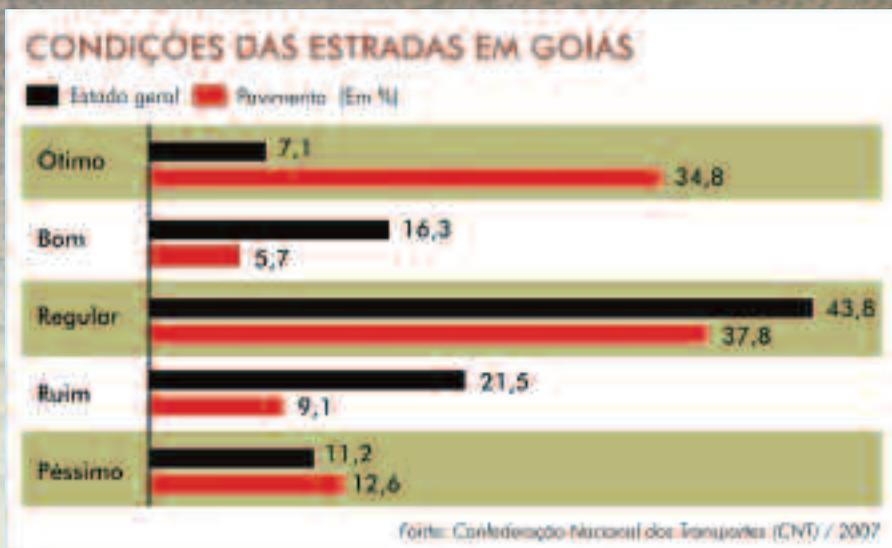
Em uma articulação da Fieg, indústrias investem em projeto para a duplicação de 268 quilômetros da BR-060, entre Abadia de Goiás e Jataí



Quando as equipes do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) saíram a campo para avaliar a extensão real de uma das tragédias brasileiras, há quase três anos, os resultados surpreenderam até mesmo especialistas tarimbados. Os acidentes nas estradas custavam ao País, até então, pouco mais de R\$ 22 bilhões ao ano, consumindo em torno de 1,2% de toda a riqueza gerada pela economia brasileira ao longo de 12 meses.

Esses números, mórbidos desde sua origem, levam em conta perdas de produção com a interrupção temporária ou permanente das atividades desenvolvidas pelas vítimas; danos materiais relacionados aos veículos acidentados, aos custos de sua remoção e à perda de cargas; despesas com remoção de vítimas, custos para o setor de saúde e gastos da Previdência; além de danos ao patrimônio público e custos com deslocamento de viaturas e pessoal qualificado para atender aos acidentes.

Nessa estatística já vergonhosa, Goiás surtia em má posição, ao registrar, ao lado de Minas Gerais, uma das piores cifras em número de acidentes por Estado e de



mortos com acidentes envolvendo produtos perigosos. O custo anual para o Estado rondava a casa dos R\$ 600 milhões, praticamente 1% do Produto Interno Bruto (PIB) goiano. De lá para cá, o cenário parece ter se agravado, mesmo porque, uma das causas associadas a acidentes nas rodovias continua intocada: a má qualidade das vias.

Movidos pela necessidade, mas também por um senso estratégico próprio, um grupo de indústrias goianas e a Federação das

Indústrias do Estado de Goiás (Fieg) decidiram arregaçar as mangas e investir na execução do que pode ser o primeiro de uma série de projetos para recuperar o sistema rodoviário estadual e modernizar a infraestrutura de transportes no Estado. O primeiro alvo dessa ação, escolhido a partir de pesquisas realizadas por indústrias que operam no Estado, será a montagem de um ambicioso projeto para duplicação da BR-060, entre Abadia de Goiás e Jataí, num trecho de 268,1 quilômetros.

## Quase tudo como antes

O levantamento mais recente da Confederação Nacional dos Transportes (CNT) sobre as condições das estradas brasileiras sugere que o cenário pouco se alterou desde 2003. Naquele ano, em todo o País, 74% das rodovias vistoriadas encontravam-se em condições regulares, ruins ou péssimas. Em 2007, o percentual pouco havia se modificado: 73,9% das vias ainda eram classificadas como regulares, ruins e péssimas.

Para Goiás, a pesquisa da CNT apresentava indicadores ainda piores, pois 76,5% das

rodovias federais e estaduais deveriam ser consideradas regulares, ruins e péssimas.

De acordo com acompanhamento da Confederação Nacional da Indústria (CNI), no primeiro semestre deste ano, o Ministério dos Transportes conseguiu realizar o pagamento, efetivamente, apenas de 6,2% das dotações alocadas em seu orçamento e incluídas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Foram investidos R\$ 634 milhões, para uma provisão orçamentária de R\$ 10,281 bilhões.

# Obras previstas já para 2010

Até novembro, a Fieg espera colocar nas mãos do diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), Luiz Antônio Pagot, o projeto final para duplicação da BR-060. Para isso, de acordo com o presidente da federação, Paulo Afonso Ferreira, foi contratado um consórcio formado por quatro empresas goianas (ONA S.A. – Engenharia, Comércio e Indústria, Basitec Projetos e Construções Ltda, Spazio Urbanismo e Razão Engenharia), que responderá pelos estudos e levantamentos que darão forma ao projeto.

Além da duplicação da via e da restauração da pista já existente, a iniciativa incluirá a eliminação de ruas laterais, instalação de equipamentos e sistemas de segurança, melhoramentos para adequação de capacidade e eliminação de pontos críticos. O trabalho, que será monitorado por técnicos do Dnit, seguirá todas as exigências e requisitos determinados pelo órgão federal, incluindo estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental, o que tenderá a acelerar sua avaliação e aprovação.

No final de junho, Fieg e Dnit firmaram termo de convênio de cooperação técnica e de doação de projetos, consolidando a parceria entre as duas partes, o que permitiu apressar os esforços para atrair investidores interessados em financiar os custos de elaboração do projeto, estimados entre R\$ 4 milhões e R\$ 5 milhões. Participaram do evento o governador Alcides Rodrigues, seu vice, Ademir Menezes, os prefeitos de Goiânia, Iris Rezende, e de Aparecida de Goiânia, Maguito Vilela, entre outras personalidades do mundo político e empresarial.

“Fizemos um levantamento junto aos empresários e detectamos que, para nosso Estado, a duplicação desta rodovia nos trará grande desenvolvimento econômico e so-



cial, pois consiste em fundamental eixo de escoamento e disseminação da produção regional”, afirmou Paulo Afonso. Segundo ele, a Fieg exercerá o papel de articuladora nesse processo, demonstrando ao restante do País “que podemos, empresários e governo, fazer as coisas juntos.”

Segundo prevê Pagot, o projeto executivo da duplicação deverá ser aprovado duas semanas após sua entrega, o que permitirá que o processo de licitação seja aberto ainda em 2009, com a contratação das obras ocorrendo no próximo ano. Cumpridas todas essas etapas, a duplicação deverá ser concluída em dez meses, aproximadamente, acredita o diretor-geral do Dnit. ➡

**Convênio: Paulo Afonso e Pagot observam governador Alcides Rodrigues assinar termo de cooperação técnica e de doação de projeto**

# Região concentra 22% da produção de grãos

O trecho da BR-060 entre Goiânia e Rio Verde já havia sido incluído no Plano Nacional de Logística de Transporte (PNLT), mas ainda está fora do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O PNLTL contempla aquele trecho com obras de adequação de capacidade, a um custo estimado em R\$ 330 milhões.

Luiz Antônio Pagot, do Dnit, acredita que não será complicado incluir o projeto no PAC, o que poderá facilitar a captação de recursos e mesmo dispensar a realização do estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental (EVTEA) – já que a obra passará a ser considerada prioritária. “Esse é o tipo de convênio inteligente, um verdadeiro jogo de ganha-ganha, porque todos saem ganhando”, afirmou.

As usinas Cosan Centroeste S.A. Açúcar e Alcool, Destilaria Nova União (Denusa), Energética Serranópolis Ltda., Usina Rio Verde Ltda. (Decal), Vale do Verdão S.A. Açúcar e Alcool, além da Caramuru Alimentos, já confirmaram sua adesão. Espera-se que outra grande indústria goiana, também do setor de produtos alimentícios, e mais uma usina anunciem sua decisão em breve, elevando para oito o total de empresas envolvidas.

## UM TERÇO DO PIB GOIANO

Considerada como uma das principais artérias para escoamento da produção goiana, a BR-060, após a duplicação, deverá determinar mudanças estruturais em toda a economia da região, que concentra, segundo estimativa de Paulo Afonso, perto de um terço do PIB goiano e ocupa área equivalente a 6% do território. A proposta não surgiu gratuitamente, ao contrário. Pesquisas realizadas por indústrias do Estado funcionaram como ponto de partida para a iniciativa de propor a elaboração e posterior doação do projeto, além da necessidade

evidente de modernização daquela via.

Essas pesquisas consideraram a localização da BR-060 e sua importância para o Sudoeste goiano, a alta densidade de indústrias e agroindústrias, assim como de estabelecimentos comerciais na área de influência da rodovia, e as possibilidades de maior integração e de intercâmbio com Mato Grosso. As deficiências observadas ao longo do trecho, o elevado índice de acidentes e casos frequentes de roubos de cargas têm impedido que a rodovia desempenhe seu papel estratégico para toda a economia regional.

Afinal, como lembra o empresário Cásio Bellintani Iplinsky, diretor administrativo da

Usina Rio Verde Ltda. (Decal), entre 60% e 70% do etanol produzido na região é transportado pela rodovia até Senador Canedo, de onde a produção é redistribuída aos mercados consumidores. Além disso, acrescenta Iplinsky, “todo o combustível (gasolina e diesel, principalmente) consumido na região vem de Senador Canedo pela mesma rodovia, saindo de Goiânia até Mineiros.”

Considerando-se os dez municípios diretamente influenciados pela rodovia no trecho escolhido, com destaque para Jataí e Rio Verde, a região responde por 22% da produção goiana de grãos, colhendo perto de 2,4 milhões de toneladas por ano, além de abrigar

**“Esse é o tipo de convênio inteligente, um verdadeiro jogo de ganha-ganha, porque todos saem ganhando”**

**Luiz Antônio Pagot**, *diretor-geral do Dnit*



**BR-060 próximo a Cezarina, tráfego intenso de caminhões**

um terço do plantel de aves do Estado, com um rebanho de aproximadamente 13,2 milhões de animais. Os criatórios da região ainda acomodam perto de 28% do plantel de suínos.

A presença da capital distorce os resultados encontrados, já que Goiânia sozinha responde por 28% do PIB estadual e ainda concentra boa parte dos empregos, da atividade industrial e do setor de serviços. Assim, dos quase 515,4 mil empregos registrados em dezembro de 2007 na região, conforme dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), perto de 42,5% encontravam-se em Goiânia.

Com meio milhão de empregados, a região respondeu por 48,6% do total de empregos registrados em Goiás no período. Quase 60% dos empregados na construção civil no Estado trabalhavam naquela dezena de municípios, dos quais, praticamente 90% em Goiânia. No setor industrial, a capital regis-

trava 51,1 mil empregados, representando 29% do total no Estado, enquanto os nove municípios restantes anotavam participação de 9,6%. Sua relevância econômica está expressa, também, na presença de empresas de

cimento, adubos e fertilizantes, usinas de açúcar e álcool, processadoras de soja e de uma das maiores empresas do setor de alimentos do mundo, a Perdigão, com complexos agropecuários em Rio Verde e Mineiros. ■

## O dinheiro do PAC

*Execução orçamentária do Programa de Aceleração do Crescimento até 30/06/09, valores em R\$ milhões\**

	Ministério dos Transportes	Porcentual sobre a dotação	União	Porcentual sobre a dotação
Dotação	10.281	100%	20.513	100%
Empenhos	5.772	56,1%	9.734	47,5%
Liquidação	652	6,3%	1.034	5,0%
Pagamento	634	6,2%	1.013	4,9%
Restos a pagar pagos	2.029	-	3.810	-
Total pago	2.663	-	4.823	-
Restos a pagar pendentes	5.333	-	13.809	-

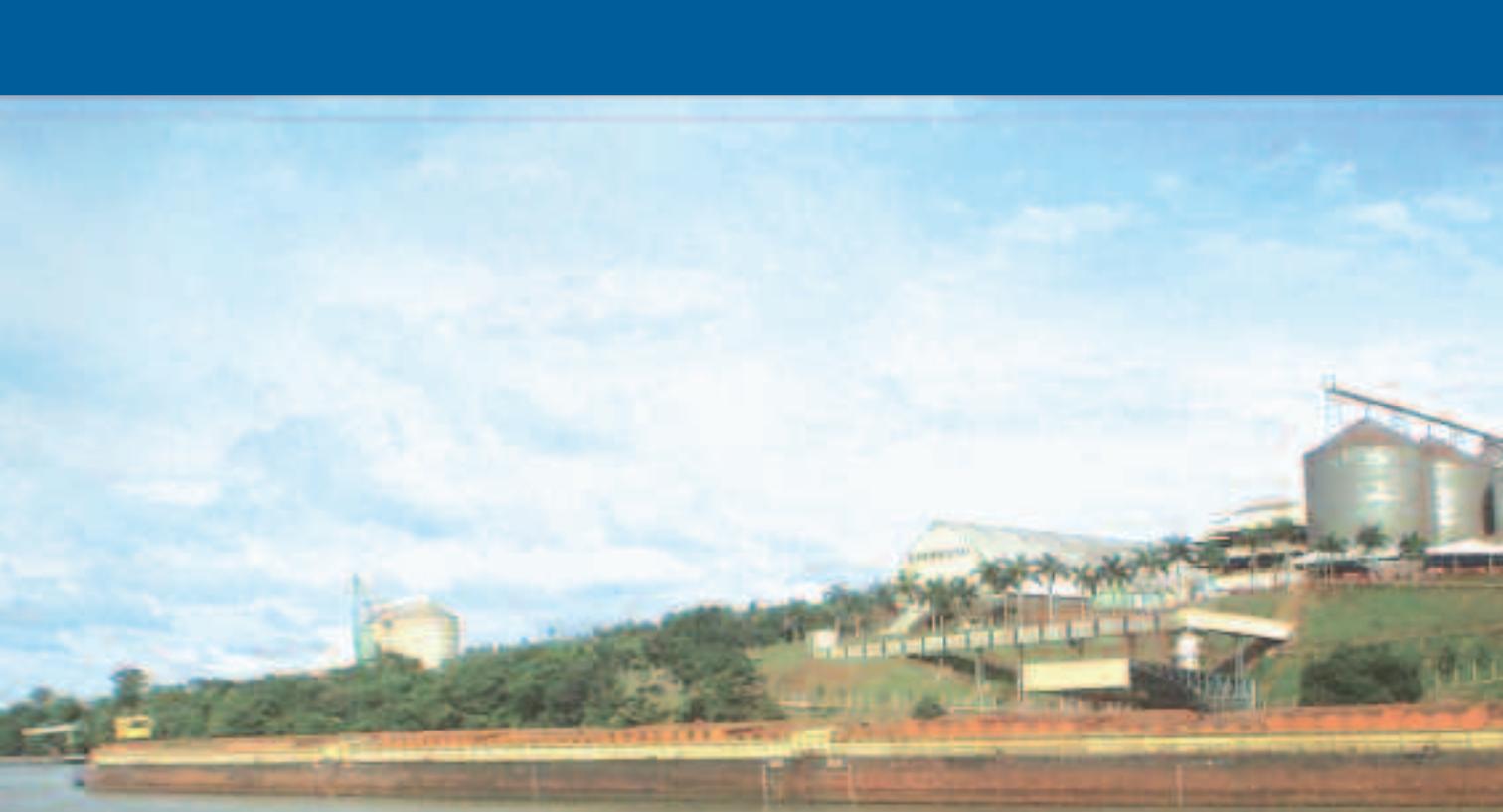
(\*) Dados em aberto, sujeitos a alteração - Fonte: CNI (com dados do Siafi)

## Perfil socioeconômico

*Municípios na região de influência do trecho da BR-060 entre Goiânia e Rio Verde*

Municípios	População (Em mil/ 2008)	Taxa geométrica de crescimento anual (%)	IDHM*	Empregos (2007)	Produção de grãos (mil t. / 2006)
Goiânia	1.201	1,11	0,832	450.843	1,377
Abadia de Goiás	6,294	2,68	0,742	565	2,464
Guapó	15,199	1,07	0,729	1.010	4,302
Cezarina	6,996	0,88	0,747	1.156	5,492
Mairipotaba	2,239	-0,81	0,761	296	7,440
Indiara	13,052	1,16	0,730	1.264	37,390
Acreúna	20,959	1,57	0,763	2.344	116,808
Santo Antônio da Barra	4,544	1,30	0,746	504	26,730
Rio Verde	133,231	1,53	0,807	42.278	992,499
Jataí	83,479	1,16	0,793	15.141	1.164,84
Goiás	5.620	1,35	0,776	1.061.426	10.580,6
Partic. total no Estado	26,5%	-	-	48,6%	22,3%

(\*) Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Fonte: Seplan-GO - Elaboração: Fieg/DEC



# Caminho mais curto (e barato) para o mar

Benefícios com a expansão da hidrovia Paranaíba-Tietê-Paraná superam custos em oito vezes, agregando maior competitividade às exportações goianas

■ *Lauro Veiga Filho*

A expansão da hidrovia Paranaíba-Tietê-Paraná exigirá gastos bilionários ao longo das próximas décadas e demandará esforço articulado entre o governo federal, os governos de Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Mato Grosso do Sul, do Paraná e de suas bancadas no Congresso para alocar os recursos necessários no orçamento da União e, ao mesmo tempo, assegurar contrapartidas estaduais.

Demonstrações de disposição e boa vontade não faltam, como deixaram claro representantes do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), dos ministérios de Transportes e da Agricultura e de três entre os quatro Estados envolvidos, em recente encontro realizado em Goiânia. Falta transformar declarações de intenção em ação.

Uma primeira tentativa nessa direção foi esboçada pelo próprio Dnit, durante seminário realizado na Federação das Indústrias do

Estado de Goiás (Fieg), no último dia 7 de agosto, para apresentação do plano diretor da hidrovia, que deverá contemplar investimentos muito próximos a R\$ 9,4 bilhões em quase duas décadas e meia. Esses recursos permitirão quase dobrar a extensão navegável da hidrovia, dos atuais 1.726 para 3.142 quilômetros, de acordo com o gerente de Desenvolvimento e Regulação da Navegação Interior da Agência Nacional de Transporte Aquaviário (Antaq),

Adalberto Tokarski. O percurso cresce pa-

## Agora, mãos à obra

O plano diretor da hidrovia está sendo elaborado pelo chamado G5+1, grupo formado pelos governos daqueles quatro Estados mais o governo federal. Um primeiro esboço do projeto ainda não contempla a principal reivindicação goiana, que pretende incluir no plano diretor a extensão da hidrovia até Catalão, numa distância de 452 quilômetros.

Durante o seminário, realizado em parceria pela Fieg, pelo governo de Goiás, por meio da Secretaria de Infraestrutura (Seinfra), e Conselho Nacional de Secretários de Transporte (Consetrans), o Dnit anunciou que as obras nesse trecho deverão ser iniciadas em 2011, assim que concluídos os estudos para a construção de eclusas nas barragens das usinas hidrelétricas de São Simão, Cachoeira Dourada e Itumbiara (Emborcação).

“O trabalho de coleta de dados já está em andamento”, anunciou o diretor de Infraestrutura Aquaviária do Dnit, Herbert Drumond.



**Drumond, do Dnit: trabalho de levantamento de dados já foi iniciado**

Apenas os projetos terão custo estimado em R\$ 45 milhões. Em uma estimativa do superintendente de Desenvolvimento da Infraestrutura da Secretaria Estadual de Infraestrutura (Seinfra), Eduardo Humberto Costa Godoy, a implantação daquelas eclusas deverá exigir investimentos de R\$ 1,5 bilhão.

**Planta da Caramuru em São Simão: despacho previsto de 1,9 milhão de toneladas em 2009**

ra 3.594 quilômetros, se considerado o trecho entre São Simão e Catalão.

O desafio real, no caso, não parece ser exatamente a falta de recursos, mas vencer anos de negligência política, que deixaram como saldo distorções que hoje praticamente anulam a capacidade de concorrência nos principais mercados domésticos e internacionais da produção realizada nos Estados centrais. Afinal, na ponta do lápis, o volume de benefícios supera em oito vezes os custos do projeto, a começar pelo barateamento dos fretes.



# Responsabilidade ambiental e competitividade

“Esse será um pontapé fundamental para que a expansão aconteça”, ressaltou o presidente da Fieg, Paulo Afonso Ferreira. A federação mobilizou três de seus conselhos temáticos (agronegócios, comércio exterior e infraestrutura) para participar desse esforço, que permitirá associar responsabilidade ambiental a uma política de infraestrutura com foco na competitividade.

Secretário de Infraestrutura do governo goiano, Sérgio Caiado observou que o Plano de Desenvolvimento do Sistema de Transportes de Goiás (PDTG) já destacava a necessidade de consolidação do sistema de transporte hidroviário, classificado como prioritário pela administração estadual. “O governo tem realizado esforços para melhorar os corredores de exportação”, destacou.

Essa consolidação, reforçou o superintendente Eduardo Godoy, da Seinfra, deverá contemplar forçosamente a expansão da hidrovia a montante do Rio Paranaíba. Godoy estima que o modal deverá gerar impactos em uma área ao redor de 100 mil quilômetros quadrados ao longo da bacia do rio, “com uma produção de grãos estimada em 5

milhões de toneladas e uma grande rede de usinas de açúcar e álcool.” A estimativa é de que pelo menos um milhão de toneladas de cargas deverão ser agregadas à hidrovia a partir de sua expansão.

Edson Giroto, secretário de Transportes e Obras Públicas de Mato Grosso do Sul, considerou “inconcebível” que 80% a 90% da produção do Estado tenha de ser escoada por caminhão até os portos. “Não conseguimos ser competitivos”, queixou-se. As chances de os Estados da região conseguirem avançar nessa área, complementou Giroto, estão relacionadas à perspectiva de interligação da Ferrovia Norte-Sul, em fase de construção, com a hidrovia, ainda a ser ampliada, e a rede de rodovias já existente.

## “Esse será um pontapé fundamental para que a expansão aconteça”

**Paulo Afonso Ferreira**, presidente da Fieg

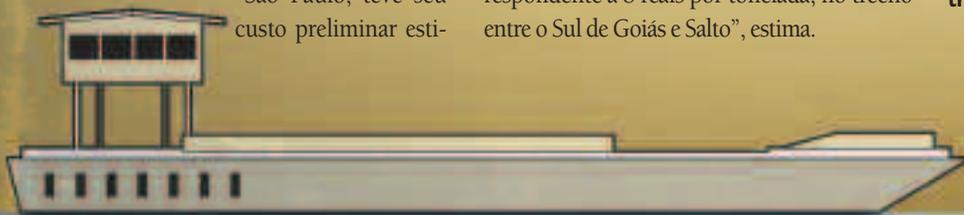
## Muito mais benefícios

Uma versão preliminar do plano diretor da hidrovia, ainda sem o trecho entre São Simão e Catalão, apresentado durante o seminário, prevê implantação de mais 1.416 quilômetros, segundo Adalberto Tokarski, gerente da Antaq. Incluindo os 452 quilômetros pretendidos por Goiás, a hidrovia passaria a oferecer quase 1,9 quilômetros adicionais. Conforme detalha Pedro Victoria Júnior, assistente técnico do Departamento Hidroviário da Secretaria de Transportes de São Paulo, o projeto de expansão, ligando São Simão a Salto, no interior de São Paulo, teve seu custo preliminar esti-

mado em pouco mais de R\$ 7,9 bilhões, a serem investidos entre 2008 e 2032. A análise de viabilidade já desenvolvida pelo G5+1 para os projetos de eliminação de gargalos, para a construção de eclusas em São Simão e Água Vermelha, no Rio Grande, e para obras de regularização no Rio Ivinhema, com custo total previsto em R\$ 2,581 bilhões, para uma extensão de 659 quilômetros, prevê benefícios diretos e indiretos oito vezes maiores, chegando a R\$ 20,888 bilhões. “Haveria uma redução nos custos associados ao transporte de cargas correspondente a 8 reais por tonelada, no trecho entre o Sul de Goiás e Salto”, estima.



**Pedro Victoria Júnior: redução no custo de transporte de cargas de 8 reais por tonelada**



**Terminal de Pederneiras, no interior de São Paulo:  
opção para desembarço de cargas a partir de São Simão**

## A alternativa mais eficiente

Responsável pela montagem e modernização do sistema de logística da Caramuru Alimentos, Antônio Ismael Ballan, diretor da empresa, fala com a experiência de quem deverá comandar o transporte de 1,8 milhão a 1,9 milhão de toneladas de soja de São Simão a Santos em 2009, utilizando a hidrovia na maior parte do trecho e caminhões ou trem entre os terminais de Pederneiras e Anhembi, no interior de São Paulo, até o porto.

Esse volume representará avanço entre 20% e 27% em relação ao que foi despachado pela hidrovia no ano passado, em torno 1,5 milhão de toneladas, o que evitou o trânsito de 50 mil caminhões. Ballan estima que outros 60 mil deixarão de trafegar neste ano. Nos últimos seis ou sete anos, relembra, a empresa investiu ao redor de R\$ 150 milhões em logística e nas plantas industriais e acaba de instalar um armazém na unidade de São Simão com capacidade para 60 mil toneladas. Na comparação direta de custos, segundo dados do diretor de Logística da Caramuru, o frete de uma tonelada de carga, para um trajeto de mil quilômetros, sai a 45 reais na hidrovia, perto de 55% mais barato do que os

100 reais exigidos no transporte por caminhões e 44% abaixo dos 80 reais praticados, em média, pelas operadoras ferroviárias.

Segundo Ballan, o uso da hidrovia, combinada com ferrovia, para transportar soja de São Simão para Santos, tomando-se um volume de 800 mil toneladas, evita emissões de 77,596 mil toneladas de monóxido de carbono (CO), quando comparado ao estrago que 23 mil carretas bitrem graneleiras produziram.

Seriam necessários em torno de 133 comboios, formados por empurrador e quatro chatas cada um, para levar essa carga, gerando quase 20 mil toneladas de CO. Colocados em fila, ocupariam quase 20 quilômetros. No caso da ferrovia, seriam necessários 11,4 mil vagões, que cobririam 225 quilômetros, emitindo 22,6 mil toneladas de monóxido. O cenário torna-se dramático quando a opção pelas carretas prevalece: seriam necessárias 23 mil delas para transportar Ballan: barcas transportam uma tonelada ao longo de 220

quilômetros com um litro de combustível as mesmas 800 mil toneladas de soja, formando uma fila de 468 quilômetros – mais do que a distância entre o terminal de Anhembi e Santos (320 quilômetros). As emissões de CO seriam quase seis vezes maiores, com 114,2 mil toneladas sendo lançadas para a atmosfera. ➔

**Ballan: barcas transportam uma tonelada ao longo de 220 quilômetros com um litro de combustível**



# Maior eficiência, menor consumo

Pedro Victoria Júnior, assistente técnico da Secretaria de Transportes de São Paulo, considera a hidrovía um meio de transporte também mais eficiente. O meio rodoviário exige potência 29 vezes maior para transportar uma tonelada de carga, consumindo 19 vezes mais combustível – são 96 litros por mil TKU (tonelada por quilômetro útil) frente a apenas 5 litros no transporte pelos rios.

Tomando dados da National Waterways

Foundation e do órgão de administração marítima dos Estados Unidos, Antônio Ismael Ballan, da Caramuru, calcula que, com um litro de combustível, uma barcaça consegue transportar uma tonelada ao longo de 220 quilômetros. Um trem conseguiria cobrir 85 quilômetros, levando a mesma carga com o mesmo volume de combustível. Mas o caminhão só teria “fôlego” para percorrer 25 quilômetros.

## PAC: rodovias levam 60%

Embora o Plano Nacional de Logística de Transporte (PNLT) tenha definido os meios hidroviário e ferroviário como prioridade, mais de 60% dos recursos previstos no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) para o período entre 2007 e 2010, num total de R\$ 33,4 bilhões, deverão ser aplicados em rodovias – se essas obras vierem a ser realizadas algum dia.

As hidrovias ficarão com 1,3% dos investimentos (ou R\$ 700 milhões), cabendo 4,7% para os portos (R\$ 2,6 bilhões) e 14,3% para as ferrovias (R\$ 7,9 bilhões). Ainda assim, o PNLT pretende revirar a matriz brasileira de transporte, reduzindo a fatia das rodovias de 58% para 33% entre 2007 e 2025.

Como consequência, a participação das

ferrovias crescerá de 25% para 32% e as hidrovias saltarão de 13% para 29%. Na comparação com outros países, alguns em níveis semelhantes de desenvolvimento, o Brasil sai em desvantagem, ao concentrar 60% da movimentação de cargas no lombo de caminhões, diante de 8% na Rússia, 32% nos Estados Unidos, 43% no Canadá, 50% na China e 53% na Austrália. Os russos despacham 81% de suas cargas por trem, diante de 25% no Brasil (porcentual que desabaria se desconsiderada a operação da Vale do Rio Doce), e entre 43% e 46% nos EUA, na Austrália e no Canadá. Os chineses movimentam por trilhos 37% dos fretes. A hidrovía é a opção para um quarto das cargas nos EUA. ■



## TRECHOS NAVEGÁVEIS

**RIO PIRACICABA:** desde a confluência com o Rio Tietê até Santa Maria da Serra, em São Paulo (22 quilômetros a montante)

**RIO TIETÊ:** da cidade paulista de Conchas até a confluência do Tietê com o Paraná (554 quilômetros)

**RIO PARANAÍBA:** desde o sopé da barragem da Usina Hidrelétrica de São Simão até a confluência deste com o Rio Paraná (180 quilômetros)

**RIO GRANDE:** da barragem da Usina Hidrelétrica de Água Vermelha até a confluência do Rio Grande com o Rio Paraná (80 km)

**RIO PARANÁ:** desde a confluência dos rios

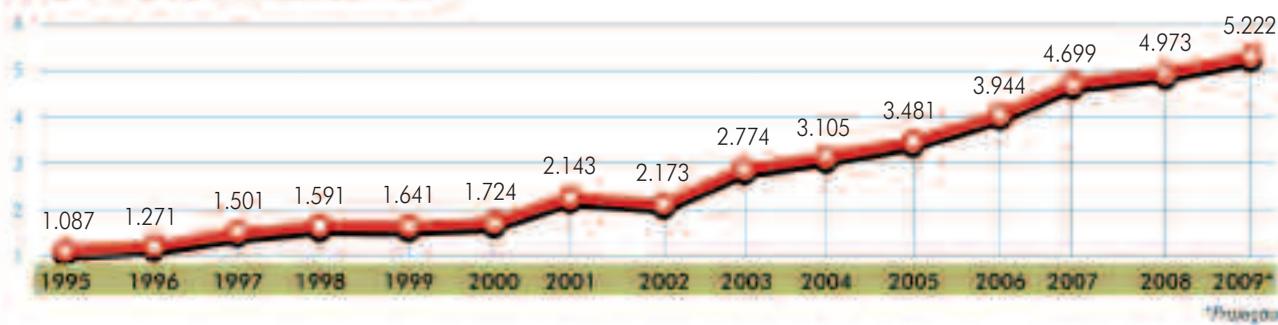
Grande e Paranaíba, que formam o Rio Paraná, até a barragem da Usina Hidrelétrica de Itaipu (800 quilômetros)

**CANAL DE PEREIRA BARRETO:** interliga o reservatório da barragem da Usina Hidrelétrica de Três Irmãos, no Rio Tietê, ao Rio São José dos Dourados, afluente da margem esquerda do Rio Paraná, no Estado de São Paulo (53 quilômetros)

Fonte: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit)

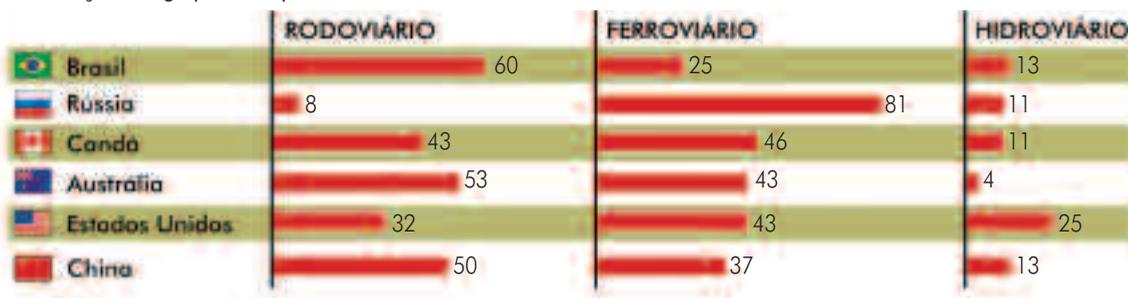
## APESAR DOS GARGALOS

Movimentação de cargas pela hidrovía Paranaíba-Tietê-Paraná cresce 12% ao ano, valores em mil toneladas



## SOB O DOMÍNIO DOS CAMINHÕES

Distribuição de cargas por modal, países selecionados



Fonte: Secretaria de Transportes de São Paulo/Departamento Hidroviário



# Até tu, Roubini?!

Os prognósticos para a economia indicam melhoras no cenário econômico no Brasil e no mundo. Em Goiás, indústria revela maior confiança na retomada

Do alto de seu posto de observação, o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, antecipa o fim da recessão e sinaliza para a perspectiva de retomada do crescimento ao longo deste segundo semestre para a economia brasileira. Na área externa, até mesmo o sempre pessimista Nouriel Roubini, economista da Universidade de Nova York que ganhou fama mundial ao antecipar a crise que assolou a economia mundial, passou a acreditar, recentemente, que “potencialmente, existe agora luz no fim do túnel”.

O presidente da Federação das Indústrias de Goiás (Fieg), Paulo Afonso Ferreira, concorda com aqueles prognósticos. “As informações e os números nos dizem que estamos em recuperação”, afirma, ao antecipar, mais adiante, um novo ciclo de crescimento. O ânimo empresarial já é outro em Goiás, segundo o economista da Fieg, Cláudio Henrique de Oliveira. Na mais recente sondagem realizada pela instituição, a indústria goiana demonstrou, pela primeira vez desde o agravamento da crise mundial, sinais de reação no cenário econômico atual e projeta melhores resultados para os próximos seis meses.

O indicador de condições, que compara a situação atual na economia com aquela vigente há seis meses, saltou de apenas 38,7 para 50,4 pontos entre abril e julho deste ano. O Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI), na mesma linha, apresentou forte incremento, passando de 55,7 em abril para 61,8 pontos em julho, diante de 57,4 pontos no mesmo mês de 2008. Ao mesmo tempo, o indicador de expectativa, que afere o ânimo do empresariado em relação ao comportamento da economia nos próximos seis meses, subiu de 64,3 em abril deste ano para 67,5 pontos, melhor resultado para um mês de julho em toda a série.



**Mercado doméstico dá as cartas:  
indústria de alimentos cresce acima da média**

# Recuperação gradual

A tendência é de “recuperação gradual” da atividade industrial, apontam Paulo Afonso e Oliveira. Os números revelados pela pesquisa Indicadores Industriais superam “as expectativas mais otimistas, pois houve retração, porém em níveis aceitáveis”, acrescenta o economista. Em junho, com maior número de dias úteis, as vendas da indústria saltaram 9,25% na comparação com maio. E registraram avanço de 1,68% frente a junho do ano passado. O primeiro semestre encerrou com recuo de 1,7%, sinalizando velocidade de queda mais branda do que os dados anteriores. Nos cinco primeiros meses deste ano, as vendas da indústria haviam encolhido 2,43%.

“A indústria goiana foi uma das menos afetadas pela crise em razão das suas especificidades. O setor de alimentos e bebidas vem demonstrando desempenho acima da média”, comenta Paulo Afonso.

A reconstrução de um mercado doméstico robusto e importante tem favorecido o setor de produtos não comercializáveis e vem determinando a aproximação de setores da indústria a esta última área, analisa o economista Júlio Sérgio Gomes de Almeida, consultor do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi) e ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda.

“Até como forma de proteção contra a instabilidade do câmbio, a indústria busca maior articulação com o comércio”, relata o economista. Isso tem ocorrido com maior evidência, conforme analisa, nos setores de têxtil e confecções e na petroquímica. Neste momento, é muito provável que as empresas com maior conteúdo nacional, ou seja, que dependem menos de importações, conforme Gomes de Almeida, tenham maiores chances de sucesso que as demais.

Douglas Oemura, economista da LCA Consultores, observa a construção de uma es-

## EXPORTAÇÕES E FEIRAS INTERNACIONAIS

Na contramão da recuperação esboçada pela economia, as exportações goianas despencaram **49%** em julho, acumulando recuo de **14,3%** nos primeiros sete meses deste ano. Com foco no incremento das vendas externas e na internacionalização de empresas goianas, o Centro Internacional de Negócios (CIN) da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg) organiza uma série de missões empresariais para este segundo semestre. Confira o calendário já definido:



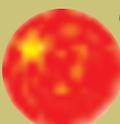
### **Bolívia** **EXPOCRUZ** **RODA DE NEGÓCIOS**

Maior evento multisetorial da América Latina e principal vitrine para empresas interessadas em exportar seus produtos e serviços. Ocorrerá de 21 a 23 de setembro, em Santa Cruz de la Sierra, capital econômica da Bolívia.



### **Alemanha** **ANUGA – FEIRA** **INTERNACIONAL** **DE ALIMENTOS**

**DA ALEMANHA**  
A feira bianual, de 10 a 14 de outubro, em Colônia, Alemanha, contemplará atividades diárias de acompanhamento técnico e visitas guiadas.



### **China** **CANTON FAIR 2009**

Missão da Rede CIN à China ocorrerá de 13 a 20 de outubro. A mostra é considerada a maior feira de negócios do país e a de mais alto nível, realizada duas vezes ao ano em Guangzhou.



### **Cuba** **FIHAV – FEIRA** **INTERNACIONAL** **DE HAVANA**

Realizada anualmente no Pavilhão de Exposição Expocuba, em Havana, Cuba, a edição 2009 ocorrerá de 1º a 8 de novembro.



### **Dubai** **FEIRA BIG 5**

De 23 a 26 de novembro, Dubai sedia a BIG 5, maior feira de construção civil do Oriente Médio

### **SERVIÇO**

Informações pelo telefone (62) 3219-1488, no Centro Internacional de Negócios da Fieg



**Gomes de Almeida: “Indústria busca maior articulação com o comércio”**



**Oliveira: resultados do semestre superam “expectativas mais otimistas”**

pécie de consenso entre os economistas em geral, segundo o qual o “fundo do poço” teria ficado para trás e que, “na margem”, a atividade econômica já estaria em recuperação. A economia cresce, mas num ritmo ainda insuficiente para retomar os níveis de 2008. “Os investimentos ainda estão bastante debilitados e a atividade industrial ainda se encontra em nível bastante aquém de 2008”, avalia Oemura.

# Preservação, com compensação

CNA defende “desmatamento zero” e propõe criação de um fundo compensatório para pagamento de serviços ambientais prestados pelo campo

O debate entre ruralistas e ambientalistas em torno da reforma do Código Florestal continua produzindo faíscas no Congresso, numa intensa troca de acusações que parece tornar inviável qualquer possibilidade de consenso. No meio dessa queda de braço, a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) construiu uma proposta para o que poderá ser o novo conjunto de normas do setor florestal, lastreado em quatro proposições centrais, segundo detalha Assuero Veronez, presidente da Comissão de Meio Ambiente da entidade, em entrevista à Goiás Industrial.

O primeiro dentre os princípios defendidos pela CNA, diz Veronez, é a proibição de todo e qualquer desmatamento em áreas de matas, muito especialmente na região da floresta amazônica. O desmatamento zero, portanto, destaca Veronez, seria o ponto de partida para a reconstrução do código, desde que se aceite a consolidação de todas as áreas onde já são desenvolvidas, atualmente, atividades agropecuárias.

Na visão da CNA, que expressa o ponto de vista de amplos setores dentro do agronegócio, essa consolidação seria essencial para que qualquer proposta de reforma prospere no Congresso. Na mesma linha, Veronez defende a criação de mecanismos que permitam o pagamento pela prestação de serviços ambientais de forma geral. “Será preciso estabelecer esse mecanismo de compensação financeira para



“Na nossa visão, o ônus dessa recuperação deve recair sobre toda a sociedade e não exclusivamente sobre a classe chamada de produtores rurais”

**Assuero Veronez,**  
presidente da Comissão de Meio Ambiente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA)



aqueles que terão seu direito de desmatar suprimido”, afirma.

O quarto fundamento que sustenta a proposta da CNA envolve uma questão institucional delicada sob o ponto de vista da divisão de poderes e obrigações entre os entes federados e entre estes e a União. Na limite, ela pode representar a perda de poderes da União para atuar na área ambiental nos Estados. “Defendemos o reconhecimento da prerrogativa dos Estados para legislar sobre questões ambientais de acordo com suas peculiaridades, definindo parâmetros de proteção ambiental e regimes de uso do solo, principalmente em áreas de preservação permanente”, declara Veronez.

**Novo código: CNA defende  
compensação para que produtor  
abra mão do direito de desmatar**



## “Toda sociedade deve pagar”

A CNA não se sente tentada a apoiar uma das propostas que chegaram a circular no Congresso, que sugere autorização para produtores considerarem em conjunto áreas de preservação permanente e de reserva legal para fins de enquadramento à legislação ambiental. “Isso resolveria o problema apenas para alguns proprietários rurais, mas a maioria continuará com passivos ambientais que dificilmente poderão ser sanados”, comenta Veronez.

O presidente da Comissão de Meio Ambiente da CNA comenta que as crises recen-

tes no setor e a frustração de safras por conta de problemas climáticos afetaram a renda do produtor rural. “Não há sobra de recursos seja para recuperar as áreas que deveriam ser recompostas, seja para compra de áreas de florestas em outros locais para compensar o desmatamento realizado no passado.”

Por isso, a CNA insiste na adoção de critérios técnicos e objetivos para a definição das áreas que realmente devem ser recuperadas e preservadas, num processo que deverá, necessariamente, contar com recursos públicos, “com a

ajuda dos proprietários rurais”, acrescenta. “Na nossa visão, o ônus dessa recuperação deve recair sobre toda a sociedade e não exclusivamente sobre a classe chamada de produtores rurais.”

Sob o ponto de vista de Veronez, “a sociedade urbana deve entender que o grande foco de poluição e degradação ambiental está nas cidades. (...) E não me consta que a sociedade urbana pague alguma coisa para compensar os efeitos poluidores de seu consumo.” Em seu raciocínio, portanto, não seria “justo que o produtor tenha que destinar parte de seu patrimônio para a preservação ambiental sem receber qualquer tipo de compensação econômica por isso.”

# A CONTRAOFENSIVA

Setor articula, a partir de Goiás, reação contra propostas de mudança no Código de Mineração consideradas “equivocadas e sem base real”

O setor mineral prepara-se para o que espera ser seu principal “embate” desde a criação do Código de Mineração, em 1967. As primeiras peças desse jogo, na verdade, já começaram a ser movidas, com a tramitação, no Congresso, de projetos de lei que alteram desde a forma de tributação até a concessão de direitos minerários.

A ofensiva contra propostas que tentam alterar alguns dos pontos que a mineração considera fundamentais vem sendo articulada, em Goiás, pela Câmara Setorial de Mineração da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), presidida pelo geólogo e empresário Luiz Antônio Vessani. A proposta, diz ele, é envolver todo o setor industrial nesse debate, inclusive – e principalmente – a própria Confederação Nacional da Indústria (CNI).

A reforma do código atualmente em vigor, conforme parece ser a estratégia do Ministério de Minas e Energia (MME), deverá ser realizada em fatias, por meio do encaminhamento ao Congresso de vários projetos de lei (alguns já em andamento). Ao final, deverá ser estabelecido um novo marco regulatório para a mineração no País.

A fase de exuberância aparente experimentada pela mineração a partir de 2000, relata Vessani, “fez parecer que o setor estava realizando lucros absurdamente elevados, sem se levar em conta que os custos também subiram, reduzindo as margens da indústria mineral.” Ele teme que a construção do novo marco regulatório tome como ponto de partida essa percepção equivocada de lucros excessivos e caminhe para uma tentativa de forçar o setor mineral a realizar uma verticalização “sem bases técnico-econômicas.”

Entre as mudanças que o setor pretende evitar, está a proposta de aumento da cobrança da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerários (CFEM) e do pagamento de royalties. Sugestão que, na visão do presidente da Câmara Setorial de Mineração, toma como base o mesmo e distorcido pressuposto dos ganhos exuberantes da mineração.

Nos corredores, prossegue Vessani, “o que conseguimos apurar foi que se pretende mudar também o processo de requisições de áreas para pesquisa, instituindo um sistema de licitação.” O código atual define que a mineradora que primeiro apresentar o pedido leva não só a autorização para pesquisar a área, como assegu-



“As propostas de reforma do Código de Mineração sinalizam para maior intervenção estatal no setor”

**Luiz Antônio Vessani,**

*presidente da Câmara Setorial de Mineração da Fieg*

## MINERAÇÃO NAS ESCOLAS

A Câmara Setorial de Mineração inicia um trabalho para mudar a imagem do segmento, envolvendo a inclusão nos currículos escolares de matérias relacionadas à geociência e à mineração. “Queremos que as crianças, desde cedo, aprendam a enxergar a geologia sob outra ótica”, afirma Vessani. A primeira fase desse projeto, numa espécie de “piloto”, deverá ser executada nas escolas do Sesi e Senai em Goiás.

ra prioridade na concessão do direito de lavra. A mudança, argumenta Vessani, tende a penalizar quem de fato investe em tecnologia e pesquisa. “O que se tem notícia, até aqui, porque nada foi colocado claramente para o setor, é de uma reforma com base em conceitos equivocados e que sinaliza para maior intervenção estatal no setor”, sustenta.

## Bolsa Nacional de Resíduos - 1

Seguindo modelo já adotado em Goiás, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) colocou no ar a Bolsa Nacional de Resíduos, criando um sistema integrado que oferece a todas as empresas do País a possibilidade de trocar informações e fazer negócios gratuitamente via internet. As operações envolvem compra, venda, troca e doações de resíduos industriais, por meio do site [www.sibr.com.br](http://www.sibr.com.br). Na primeira fase, foram integradas ao sistema as bolsas das federações das indústrias da Bahia, de Goiás, de Minas Gerais, do Pará, Paraná e de Pernambuco. Na segunda etapa, espera-se a adesão das federações do Rio Grande do Sul, do Ceará, do Espírito Santo, de Santa Catarina, de São Paulo, de Sergipe e de Alagoas.

## Bolsa Nacional de Resíduos - 2

A união das bolsas estaduais em um sistema virtual único, com operação padronizada, vai trazer maior escala e visibilidade ao processo e deverá tornar viável a realização de leilões eletrônicos de resíduos. A proposta das bolsas concilia vantagens econômicas e ganhos ambientais, permitindo que as empresas incorporem um instrumento relevante para gerenciamento de rejeitos, agregando valor a esses resíduos. Qualquer empresa legalmente constituída e em dia com a Receita Federal pode participar, bastando cadastrar-se no site do sistema integrado de bolsas de resíduos.



## HOMENAGEM

Em sessão especial presidida pelo vereador Anselmo Pereira (PSDB), a Câmara de Goiânia homenageou o Fórum Empresarial de Goiás, formado pela Associação Comercial Industrial e de Serviços (Acieg), Fieg, Federação da Agricultura e Pecuária (Faeg), Fecomércio, Federação das Associações Comerciais (Facieg), Federação das Câmaras dos Dirigentes Lojistas (FCDL) e Adial. Participaram do evento, proposto pelo vereador Paulo Borges (PMDB), o vice-governador Ademir Menezes, o secretário municipal de Desenvolvimento Econômico, João Paiva, o suplente de senador Cyro Miranda, representantes do fórum e autoridades. Na foto, Paulo Afonso, que discursou em nome do fórum, e os vereadores Paulo Borges, Bruno Peixoto e João Ferreira Guimarães.



## Mérito empreendedor

O executivo Élio Antônio Martins, presidente da Eternit, recebeu em julho o certificado Mérito Empreendedor, conferido pela GoiásFomento a personalidades que contribuem decisivamente para o crescimento da economia goiana. O diploma foi entregue a Martins pelo vice-governador Ademir Menezes, pelo presidente da agência, José Taveira Rocha, e pelo presidente da Fieg, Paulo Afonso Ferreira.

## Cerveja de litro

Inspirada no vigoroso crescimento desse mercado em países latinos, a Cervejaria Imperial acaba de incorporar a sua linha de produtos a versão de um litro da Imperial Beer, já disponível em 500 pontos de vendas. A novidade exigiu um ano de pesquisas e será a primeira cerveja de litro do Estado, de acordo com a empresa. “Temos bastante confiança no imenso potencial do produto”, afirma Ricardo Pinheiro, diretor de Marketing da Cervejaria Imperial. A proposta é oferecer uma opção mais econômica a um segmento de mercado que tem demonstrado apetite crescente, segundo estudos que apontam tendência de aumento do consumo de cervejas em casa, especialmente em churrascos e festas.

### PERFIL

No mercado desde 1962, instalada em Trindade, a Imperial produz 150 milhões de litros de bebidas por ano, incluindo em seu portfólio refrigerantes das marcas American Cola, Goianinho Guaraná e Pitchula, sucos La Fruit e La Fruit Soja e Tampico, água com e sem gás, o BiriNight e as cervejas Colônia, Imperial e Imperial Ouro. A cerveja Imperial Beer foi lançada em setembro de 2006.



## Lenços umedecidos

O Grupo Sapeka, líder no segmento de fraldas descartáveis nas regiões Norte e Nordeste, apresenta ao mercado a nova linha de lenços umedecidos, para remoção de impurezas da pele do bebê de maneira “delicada e eficiente”, na descrição do próprio fabricante. Os lençinhos, além de aliviar a preocupação das mães, contêm extrato de Aloe Vera e Camomila e são apresentados em quatro versões: balde com 450 lenços, pote com 80 lenços, refil e embalagem com zíper, com 80 e 30 lenços. Os baldinhos, depois de consumidos os lenços, podem ser usados como brinquedo pelas crianças. O produto será distribuído, inicialmente, nas principais redes de varejo das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

### PERFIL

Fundado em Goiânia, há dez anos, pelos primos Victor Alvarenga e Marco Antonio Raimundo, o Grupo Sapeka mantém duas plantas em Aparecida de Goiânia e uma no Recife e atua em todos os Estados, incluindo-se entre os três maiores fabricantes de fraldas do País. A oferta de produtos diferenciados e de alto padrão, a um custo acessível, levou o grupo à liderança nos mercados do Norte e Nordeste, onde sustenta participação de 38,82%. No total, são nove marcas de fraldas infantis e geriátricas, absorventes e, agora, lenços umedecidos, distribuídos em 20 linhas de produtos, num total de 74 itens.



## Sachês de 5 gramas

Depois de modernizar sua logomarca e repaginar as embalagens, a Cremmy decidiu apostar numa novíssima linha Taki, lançada no dia 10 de agosto deste ano. Ainda mais prática do que as tradicionais embalagens de 7 gramas, que continuarão sendo comercializadas pela empresa, o lançamento apresenta como diferencial sachês de 5 gramas para maionese (nas versões tradicional, com ervas finas e picante), ketchup (tradicional e picante) e mostarda. Antes disso, a Cremmy já havia colocado no mercado a linha Stand Pouch Sachets para consumo doméstico, em embalagens com 224 gramas, distribuídas em porções individuais de sete gramas.

### PERFIL

Fundada em 1995, a Cremmy Indústria e Comércio Ltda. produzia, inicialmente, maionese em sachês para o mercado de foodservice. O Grupo Odilon Santos assumiu o controle da empresa em 2002, iniciando uma nova fase em sua trajetória, com planos de colocar a marca em todos os lares. O grupo investiu em modernização e ampliou o portfólio para mais de 50 itens, incluindo versões variadas de maionese, ketchup, mostarda, temperos, molhos, azeite e vinagre.



# O sonho derrotou as crises

Criada há mais de 35 anos, a Couros Aragoiânia prepara-se para dar outro salto, incorporando nova linha para curtimento

Dona de uma selaria de dimensões modestas, a família Antunes do Prado decidiu investir na instalação de uma indústria curtumeira em Aragoiânia, para abastecer a fábrica de selas. “O curtume nasceu de um sonho familiar”, resume Hamilton Natsuo, atualmente sócio e diretor da Couros Aragoiânia.

Corria o ano de 1973 e a economia encerrava um ciclo de crescimento acelerado, ao estilo chinês de décadas mais recentes, abortado, então, pelo primeiro choque do petróleo, pela disparada das importações, em consequência, e pela escalada da inflação. A crise que se seguiu não impediu que o projeto familiar fosse tocado adiante. Nem essa, nem as muitas que se sucederem nas décadas seguintes.

Motivados, os irmãos Wilmar e Nauginel Antunes do Prado, que depois receberiam o reforço de Natsuo, cunhado de ambos, e de José Ipolto da Silva, hoje responsável pela Divisão Técnica, transformaram a indústria em “um dos mais modernos curtumes do País” – nas palavras nem um pouco modestas dos diretores da Couros Aragoiânia.

Em 1991, a indústria inicia um projeto de modernização, partindo para a troca de todo o maquinário por máquinas italianas de última geração, ampliando a capacidade instalada para 500 peças por dia.

A indústria especializou-se no acabamento de soletas ao cromo e vegetal, processando 40 mil m<sup>2</sup> por mês “com padrão internacional de qualidade”, destaca Natsuo. Desde o ano passado, a Couros Aragoiânia investiu R\$ 1,2 milhão, com recursos do FCO, na implantação de uma linha de curtimento – processo que a empresa terceiriza atualmente. As máquinas já foram instaladas e mais R\$ 30 mil deverão ser ainda investidos para concluir o projeto, que engloba a montagem de sistemas completos de tratamento de resíduos e efluentes. “Só esperamos um melhor momento do mercado para iniciar a operação”, completa Natsuo.



**Primeiros anos: capacidade de processamento limitada a 100 couros por mês**



**Modernização: Ipolto apresenta as novas máquinas para tratamento das peles**



## GOIÁS MOSTRA MODA

III A top Daniela Sarahyba foi uma das celebridades que brilharam na passarela da Goiás Mostra Moda, em desfile realizado no Centro de Convenções, dia 11 de agosto. No balanço do evento, José Divino Arruda destacou que há 15 anos não era realizada uma feira de atacado em Goiânia, evento que em três dias contou com a visita de mais de 4 mil pessoas. O presidente do Sinvest ressaltou ainda que, entre os compradores de estados como São Paulo, Paraná, Mato Grosso, Minas Gerais e Santa Catarina, uma empresa paulistana comprou coleções de moda feminina que terão como destino o Japão. Confirmada, a edição 2010 está prevista para a primeira semana de agosto.



### LULA EM GOIÁS

III A última visita do presidente Lula a Goiás, dia 13 de agosto, foi acompanhada de perto pelo presidente da Fieg, Paulo Afonso Ferreira, e por outros diretores da entidade e de sindicatos da indústria. Na véspera do pit stop de Lula em Anápolis e na capital, Paulo Afonso disse à coluna que programas como o PAC e outras iniciativas que trazem recursos para beneficiar Goiás são bem-vindos. Antes de sobrevoar conjuntos habitacionais na Região Metropolitana e aterrissar de helicóptero na Praça Cívica, onde entregou chaves de empreendimentos da Prefeitura de Goiânia e do Governo de Goiás, Lula vistoriou obras da Ferrovia Norte-Sul, em Anápolis.



### APROXIMAÇÃO

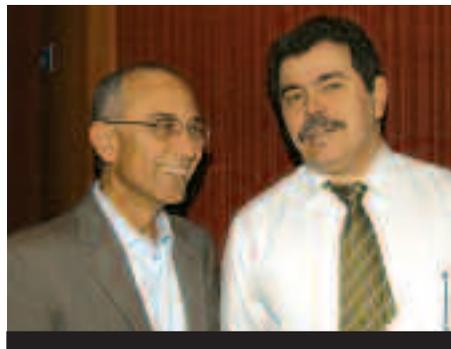
III Eduardo Gonçalves (D), presidente do Sindicato das Indústrias Farmacêuticas no Estado de Goiás, e outros empresários do ramo farmacêutico receberam o presidente da Anvisa, Dirceu Raposo, com almoço no Naum Express, em Anápolis, dia 10 de julho. Para o diretor da Greenpharma, este foi o mais produtivo dos três encontros de Raposo com representantes do setor em Anápolis. O resultado foi o anúncio de algumas resoluções, como a solução de problemas relacionados ao registro de produtos.

### PRESIDÊNCIA

III O empresário Luiz Ledra assumiu a presidência do Sinprocimento em coquetel realizado em agosto, na Casa da Indústria. O empresário, que já era vice de Marley Antônio da Rocha há dois mandatos, é economista e proprietário de uma indústria de lajes em Anápolis há mais de 25 anos. No evento, ele destacou que vai dar continuidade aos trabalhos desenvolvidos pelo sindicato com ênfase para os programas de qualidade e de inovação direcionados para as 270 indústrias goianas de pré-moldado de concreto.

### MOSTRA DE INTERIORES

III Em contagem regressiva para a Ambiental, Ilézio Inácio Ferreira e Joaquim Barbosa de Oliveira comemoram mais uma edição da mostra de interiores inaugurada em setembro num edifício em construção da Avenida T-9, próximo ao Clube Oásis. Direcionado ao público interessado em construir ou reformar, e com foco para a divulgação dos produtos das indústrias locais, o evento mais uma vez investe na divulgação do trabalho de novos talentos da arquitetura, do design e da decoração.



### POLITEC

III Carlos Alberto Barros de Castro, fundador da Politec, foi o anfitrião do coquetel que marcou o lançamento do Centro de Excelência de Gerenciamento de Software da empresa na capital. O evento, realizado na Casa da Indústria, no início de agosto, contou com a presença de Newton Alarcão, presidente da Politec, e de autoridades como o governador Alcides Rodrigues. Criada em 1970, em Goiânia, a empresa ramificou-se em filiais por todo o Brasil, além de países como Chile, Argentina e Estados Unidos.

## SIMELGO

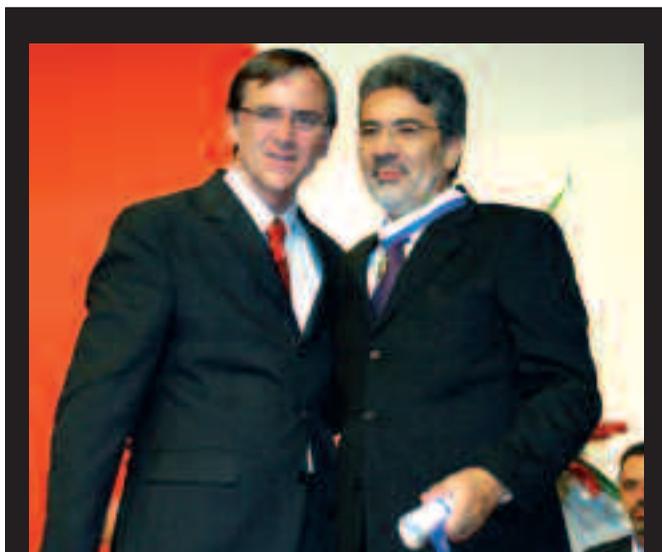
### Mérito legislativo

O presidente do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado de Goiás (Simelgo), Orizomar Araújo Siqueira, recebeu, dia 17 de agosto, a Medalha do Mérito Legislativo Pedro Ludovico Teixeira, durante cerimônia realizada no Plenário Getulino Artiaga, na Assembleia Legislativa. A homenagem foi proposta pela deputada Mara Naves (PMDB).

## SIGEGO

### Dia da indústria gráfica

A Câmara de Goiânia promoveu sessão solene para comemorar os 60 anos de fundação do Sindicato das Indústrias Gráficas no Estado de Goiás (Sigego), numa proposta do vereador Agenor Mariano (PMDB). Sete personalidades que contribuíram para o desenvolvimento do setor receberam placas alusivas ao Dia da Indústria Gráfica. Segundo o presidente do Sigego, Antônio de Sousa Almeida, o Estado registra em torno de 600 gráficas, gerando mais de 4 mil empregos, e sua história remonta a 179 anos. “O primeiro trabalho tipográfico realizado aqui no Estado ocorreu cerca de duas décadas depois que a primeira tipografia brasileira começou a operar no Rio de Janeiro”, comentou.



SICMA

## COMENDA

A prefeitura de Anápolis entregou a comenda Gomes de Souza Ramos, como parte das comemorações pelos 102 anos de emancipação do município. Na relação dos agraciados, entre outras personalidades, estão os presidentes da Fieg, Paulo Afonso Ferreira, e do Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário (Sicma) e da Associação Comercial e Industrial de Anápolis (Acia), Ubiratan da Silva Lopes, na foto, com o prefeito Antônio Gomide, e o diretor da Faculdade de Tecnologia Senai de Desenvolvimento Gerencial (Fatesg), João Francisco da Silva Mendes.

## NÚCLEO FIEG

### Conselheiro homenageado

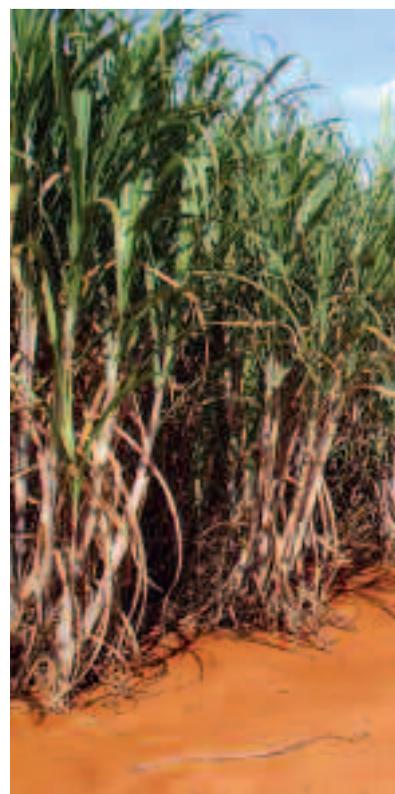
Considerado um dos decanos do classismo goiano, o capitão Waldyr O' Dwyer (foto), membro do Conselho Fiscal da Fieg e presidente do Núcleo da Federação em Anápolis, foi agraciado com a Distinção de Mérito da Cidadania, concedida pela prefeitura. A solenidade ocorreu no gabinete do prefeito Antônio Gomide, e reuniu grande número de empresários, lideranças classistas, autoridades políticas e militares.



## SIFAEG

### Compromisso nacional

De um total de 413 usinas de açúcar e álcool no País, 309 – das quais 44 goianas – firmaram termo de compromisso com o governo federal para melhoria das condições de trabalho no plantio e corte da cana (foto). Essas empresas terão seu nome incluído pelo governo federal numa lista de boas práticas, o que poderá facilitar o acesso ao mercado internacional. De acordo com o presidente executivo do Sindicato das Indústrias de Fabricação de Álcool no Estado de Goiás (Sifaeg), André Baptista Lins Rocha, as usinas terão de contratar diretamente seus empregados, eliminando a intermediação dos chamados “gatos”, e deverão se submeter a auditorias independentes para fazer parte da lista.



## SINDIFARGO

### Boas Práticas

O Sindicato das Indústrias Farmacêuticas do Estado de Goiás (Sindifargo) comemora a edição da Lei 11.972, sancionada em 6 julho pela Presidência da República. O dispositivo altera a Medida Provisória 2.190-34, de agosto de 2001, que redefiniu o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária. O Sindifargo destaca a ampliação para dois anos do prazo para renovação da Certificação de Boas Práticas, permitindo que as indústrias do setor possam atender com maior facilidade às exigências legais.

### Responsabilidade social

A revista *Painel Social*, publicada pela Federação Brasileira da Indústria Farmacêutica (Febrafarma), divulgou o Painel Social do Setor Industrial Farmacêutico – Ações 2008, destacando o trabalho e os investimentos de seis empresas goianas: Equiplex Indústria Farmacêutica, Laboratório Teuto Brasileiro S.A., TKS Farmacêutica Ltda., Vitapan Indústria Farmacêutica Ltda., Laboratório Neoquímica Comércio e Indústria Ltda. e Halex Istar Indústria Farmacêutica. Em conjunto, esses laboratórios investiram R\$ 6,374 milhões em políticas de responsabilidade social, beneficiando 33.785 pessoas.



**SINDUSCONS-GO**

## DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

A diretoria do Sindicato da Indústria da Construção no Estado de Goiás (Sinduscon-GO) concluiu o Projeto de Desenvolvimento Organizacional, implementado durante 12 meses. Presidente da entidade, Roberto Elias de Lima Fernandes (foto) ressalta a importância da iniciativa como forma de assegurar a profissionalização da gestão sindical. “O planejamento estratégico das ações assegura melhoria sistemática de resultados, melhor desempenho tecnológico, mais produtividade e economia, além de maior entrosamento com a sociedade civil organizada e órgãos governamentais”, destaca.

## SINDICER

### Encontro Nacional

O Sindicato das Indústrias de Cerâmica no Estado de Goiás (Sindicer) participou da 38ª edição do Encontro Nacional da Indústria de Cerâmica Vermelha, promovido pela Associação Nacional da Indústria de Cerâmica (Anicer) entre os dias 19 e 22 de agosto, em Belém (PA). Neste ano, os debates durante o evento tiveram como foco a inovação tecnológica no setor. Paralelamente, foi realizada também a 12ª Exposição de Máquinas, Equipamentos, Produtos, Serviços e Insumos para a Indústria Cerâmica (Expoanicer).

## RENOVAÇÃO

### Ritmo de mudança

Em agosto, cinco dos seis sindicatos patronais da indústria sediados em Anápolis renovaram suas diretorias. A lista inclui os sindicatos da Construção e do Mobiliário de Anápolis (Sicma), que passa a ser presidido por Álvaro Otávio Dantas Maia; das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Anápolis (Simea), onde assumiu Robson Peixoto Braga; das Indústrias Cerâmicas do Estado de Goiás (Sindicer/GO), agora comandado por Henrique Morg; das Indústrias Farmacêuticas do Estado de Goiás (Sindifargo), desde então sob presidência de Ivan da Glória Teixeira; e das Indústrias do Vestuário de Anápolis (Siva), com Jair Rizzi. No Sindicato das Indústrias de Alimentos de Anápolis, o empresário Wilson de Oliveira foi reconduzido ao cargo.

### Novos presidentes

O empresário Ananias Justino Jayme é o novo presidente do Sindicato das Indústrias de Laticínios no Estado de Goiás (Sindileite-GO), substituindo Cesar Helou. No Sindicato da Indústria de Produtos de Cimento do Estado de Goiás (Sinprocimento), Marley Antônio da Rocha foi substituído por Luiz Ledra.

É boa a notícia da reforma política, mas não há como se pensar nela neste momento



Reynaldo Rocha  
é jornalista

## Tempo de mudanças

Fechou-se o mês de julho com notícias alvissareiras para a economia. De acordo com os dois maiores bancos do País, Itaú-Unibanco e Bradesco, a recessão trazida pela crise de setembro do ano passado já ficou para trás e agora instala-se a fase da retomada do crescimento. Os indicadores levantados pela FIEG, com alguma razão, apontam para a satisfação do empresário da indústria e conclui pela confiança dele nos rumos da economia.

Tudo muda. Ou tudo tem seu tempo de mudar. Por que não é assim na política? E por que as instituições continuam sendo torpedeadas por ações deletérias de quem não tem compromisso com o País, mas só consigo mesmo? E continuará o País errando ao votar, pois o eleitor, na sua maioria, ainda se envolve com o discurso oportunista desses aproveitadores de sempre?

Não é de hoje que se fala na necessidade de uma boa reforma política no Brasil. Se ela não aparece, não é por falta de iniciativa. O que não falta nas duas casas do Congresso é projeto para impor essa necessária mudança. Mas falta o essencial, que é a vontade política. Quanto ao mais, vivemos no paradoxo de clamar por uma reforma que, para ser votada e virar instrumento de lei, depende de quem, certamente, poderia vir a ter os interesses pessoais contrariados pelo saneamento que há tempos se impõe.

É boa a notícia da reforma política, mas não há como se pensar nela neste momento,



já que estamos a um passo de um novo ano eleitoral. Certas medidas básicas teriam de ser prontadas com urgência, para virem a ter

validade em 2010, ano de eleições gerais no País. Não vai haver tempo. Para outras medidas sem a necessidade de serem submetidas ao princípio da anualidade até que há tempo suficiente. Mas tudo teria de começar agora, na virada do semestre, para chegarmos do fim do ano legislativo, em dezembro, com as decisões tomadas, votadas e aprovadas. Para 2010, como é de praxe num ano eleitoral, o tempo de partidos e políticos será só mesmo o da campanha.

A um ano das convenções partidárias que vão homologar as candidaturas, ainda não sabemos que regras nortearão essa próxima disputa. Assim, é ainda uma incógnita o modelo que vai prevalecer, por exemplo, para a escolha dos candidatos à Câmara dos Deputados. Vai ser como agora, quando das convenções sai a listagem que vai ser submetida à avaliação e ao voto do eleitor? Ou poderá ser aquele modelo da chamada lista fechada, em que o partido relaciona os seus preferidos, elegendo-se os que ocuparem as posições de cima? Ou até mesmo aquela regra genérica defendida por alguns, dando caráter majoritário à escolha dos deputados, ou seja, das listas de todos os partidos saíam os eleitos segundo a ordem do volume de votos obtido?

Na incerteza, resta ao eleitor continuar esperando a hora de ser chamado a ir às urnas. E torcendo para que também para a atividade político-partidária se instale, sem mais demora, um tempo de mudanças. ■



# S de social.

IDEAL PARA A INDÚSTRIA,  
ESSENCIAL PARA O TRABALHADOR.



Educação • Saúde • Segurança e Saúde no Trabalho  
Cultura • Esporte • Lazer • Responsabilidade Social



62 3219 1400 | [www.sesigo.org.br](http://www.sesigo.org.br)



# E de Educação.

GANHO PARA O TRABALHADOR  
E PARA O EMPRESÁRIO.



Educação Profissional

Serviços Técnicos e Tecnológicos



**FIEG SENAI**

3219-1400 | [www.senaigo.com.br](http://www.senaigo.com.br)